



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2021

FOLHA DE APRESENTAÇÃO

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, doravante denominada CMBH, inscrita no CNPJ sob o nº 17.316.563/0001-96, com sede na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, nesta Capital, torna público, para conhecimento dos interessados, que realiza a presente licitação visando à contratação do objeto abaixo indicado.

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH).

MODALIDADE	TIPO
Pregão Eletrônico	Menor Preço
MODO DE DISPUTA	INTERVALO ENTRE OS LANCES (PARA O CASO DO MODO DE DISPUTA ABERTO)
Aberto	1,5%

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar Federal nº 123/2006 e Portaria nº 15.477/2014.

CALENDÁRIO PARA A SESSÃO PÚBLICA

Data: 01/09/2021 (primeiro de setembro de dois mil e vinte e um)

Horário: A partir das 13:30 horas (treze horas e trinta minutos)

Endereço: *site* <<http://www.comprasnet.gov.br/>>

Código UASG: 926306

Referência de horário: Brasília/DF



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

REGISTRO DE PREÇOS?	ADJUDICAÇÃO	LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?
Não	Por item único	Não	Não se aplica
DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)			
01.01.01.031.001.2001.339037-02 Locação de Mão de Obra – Locação de Serviços de Vigilância para todos os itens.			
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (CONFORME DETALHAMENTO E CONDIÇÕES CONSTANTES NO ITEM 9 DO EDITAL)			
Requisitos básicos: <ul style="list-style-type: none">• Prova de constituição social;• Comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ;• Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social, Fazenda Estadual e Fazenda Municipal;• Comprovante de regularidade para com o FGTS;• Certidão de quitação com a Justiça do Trabalho.		Requisitos específicos: <ul style="list-style-type: none">• Certidão Negativa de Falência ou Certidão de Recuperação Judicial;• Análise de Índices Financeiros;• Atestado de Capacidade Técnica;• Declaração de disponibilidade futura para instalação de escritório no local da prestação dos serviços;• Certificado de regularidade de empresa de segurança privada emitido pela Polícia Federal;	
AGENTE EXECUTOR DA LICITAÇÃO			
PREGOEIRO(A) e equipe de apoio designados pela Portaria nº 19.330, publicada no DOM/BH de 30/01/2021.			
ANEXOS CONSTANTES DO EDITAL			
a) Termo de referência; b) Modelo para apresentação da proposta comercial; c) Regras do modo de disputa – Aberto; d) Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's); e) Outros documentos necessários à habilitação – qualificação econômico-			



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

financeira - completa;

- f) Outros documentos necessários à habilitação – qualificação técnica;
- g) Modelo de declaração de disponibilidade futura para instalação de escritório no local da prestação dos serviços;
- h) Prestação de garantia contratual;
- i) Minuta de contrato – versão completa (anexos I a IV);
- j) Retificação referente ao protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações.

RELAÇÃO DE ITENS

ITEM	BEM/SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
Único	Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal para a CMBH, conforme detalhamento constante dos anexos TERMO DE REFERÊNCIA e MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL do edital.	Prestação de serviço ANUAL	01

ATENÇÃO: a licitante deverá **DIGITAR** no sistema Comprasnet, PARA FINS DA ETAPA DE LANCES, o **valor total anual para o item único**, calculado na forma do Modelo de Proposta Comercial anexado ao edital.

OBSERVAÇÕES

- 1) A especificação completa do objeto está contemplada no termo de referência.
- 2) A íntegra do edital está disponível para consulta nos sites <http://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia/licitacoes/> e <http://www.comprasnet.gov.br/>.
- 3) O valor estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances no sistema Comprasnet, nos termos previstos no art. 15 do Decreto Federal nº 10.024/2019.
- 4) O objeto do Pregão Eletrônico nº 34/2021 foi cadastrado no sistema Comprasnet como um item único (o qual corresponde ao Lote Único composto por profissionais do tipo A, B, C, D e E, conforme o anexo termo de referência). Por este motivo, quando do cadastro do valor inicial da sua proposta, a licitante deverá **DIGITAR** no sistema Comprasnet,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARA FINS DA ETAPA DE LANCES, o **valor total anual para o item único**, calculado na forma do Modelo de Proposta Comercial anexado ao edital.

- 5) Por sua vez, a proposta comercial a ser ANEXADA ao sistema, e que somente será visualizada pelo Pregoeiro APÓS A CONCLUSÃO DA ETAPA DE LANCES, deverá ser elaborada de acordo com o Modelo de Proposta anexado ao edital.

Belo Horizonte/MG, 18 de agosto de 2021.

(Folha de rosto atualizada em 18/08/2021 para exclusão da indicação de garantia contratual da lista de requisitos específicos para fins de habilitação. A exigência de garantia contratual, nos termos do anexo “Prestação de garantia contratual” aplicar-se-á apenas no âmbito da contratação.)

Karina Tosta Fróes

PREGOEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

IZABELLA SANTOS e NUNES - CM 152
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.838
CM-BH

CORPO DO EDITAL

1 OBJETO

O objeto da presente licitação é o enunciado sumariamente na “folha de apresentação” deste edital e detalhado em seu **ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA”**.

2 CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Somente poderão participar desta licitação os interessados aptos ao cumprimento do objeto licitado, que atenderem às exigências enumeradas neste edital, em seus anexos e, ainda, aos requisitos da legislação específica, sem prejuízo de eventual exclusividade da licitação a MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) quando prevista na “folha de apresentação” deste ato convocatório.

2.1.1 - Todas as previsões contidas neste edital e em seus anexos para a ME e EPP se aplicam também aos entes a elas equiparados, nos termos da legislação vigente.

2.1.2 - Não poderão participar desta licitação os interessados que se enquadrarem em qualquer caso de proibição previsto na legislação vigente, neste edital e em seus anexos, especialmente em uma ou mais das situações a seguir:

- a) que tenham tido sua falência declarada, que se encontrem sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- b) suspensos de participar em licitação e impedidos de contratar com a CMBH;

10
10
BV
P
10/10/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- c) declarados inidôneos para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública;
- d) impedidos de licitar e contratar com o Município de Belo Horizonte;
- e) que não tenham prestado, no campo próprio do sistema eletrônico, as declarações a que se refere o subitem 4.1 deste edital;
- f) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- g) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- h) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993 e nas do artigo 42 da Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte;
- i) cujo objeto social não seja compatível com o objeto desta licitação;
- j) cujo sócio majoritário tenha sido punido com a proibição de contratar com o Poder Público, nos termos dos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992.

2.1.2.1 - Quando permitida a participação de empresas em consórcio, as regras constarão em **anexo próprio**, relacionado na folha de apresentação do edital, com o título **“CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO”**.

2.1.3 - A observância das vedações do subitem 2.1.2 deste edital é de inteira responsabilidade da licitante que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis.

2.2 - A simples participação da licitante neste certame implica:

Avenida dos Andradas, 3.100, Sala A-121 - Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte - MG - CEP: 30.260-900,
Seção de Apoio a Licitações - Telefone: (31) 3555-1249



- a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, não podendo constar da documentação apresentada pela licitante dados ou informações que contradigam as regras do ato convocatório, devendo tal ocorrência constar de registro próprio a ser feito pelo(a) PREGOEIRO(A);
- b) que o prazo mínimo de validade da proposta comercial é de **60 (sessenta)** dias, a contar da data final estipulada para seu envio. Caso a licitante explicitar prazo superior em sua proposta, esse prevalecerá em relação ao prazo mínimo estabelecido neste item. Será desconsiderada pelo(a) PREGOEIRO(A) a eventual indicação de prazo de validade inferior ao mínimo de **60 dias**, uma vez que prevalecerá esse prazo mínimo caso a licitante não indique em sua proposta prazo maior;
- c) a total sujeição à legislação pertinente.

3 CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar deste Pregão Eletrônico, o interessado deverá se credenciar previamente no site <www.comprasnet.gov.br>.

3.1.1 - O credenciamento far-se-á no nível I do SICAF e pela atribuição, pelo sistema eletrônico, de chave de identificação e de senha, pessoais e intransferíveis, para acesso ao referido sistema, observado o disposto no subitem 9.2.3 deste edital.

3.2 - O credenciamento pelo provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico, inclusive pela anexação ao sistema da proposta comercial e dos documentos de habilitação.

3.2.1 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada em seu

BO SV
a
20/10/2017



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

nome, diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CMBH a responsabilidade pelas operações feitas pela licitante ou por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 DECLARAÇÕES A SEREM PRESTADAS NO SISTEMA

4.1 - A interessada deverá prestar previamente, em campo próprio do sistema eletrônico do *site* <www.comprasnet.gov.br>, além das demais exigidas no citado sistema, as seguintes declarações:

I) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste edital e respectivos anexos, a teor do disposto no artigo 4º, VII, da Lei Federal nº 10.520/2002, para fins de participação no certame;

II) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

III) que cumpre os requisitos legais para qualificação como ME ou EPP, conforme previsto no art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, para as seguintes finalidades:

a) **para fins de participação** na licitação em itens ou em grupo de itens nos quais houver exclusividade de participação para ME ou EPP, de modo que a assinalação do campo “NÃO” impedirá seu prosseguimento no certame;

b) **para fins de usufruir do tratamento favorecido** estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 123/2006, sob pena de a assinalação do campo “NÃO” produzir o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na referida lei, mesmo que seja ME ou EPP;

IV) **que não emprega menores** de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na



condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, **para fins de habilitação** (conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/1993, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/1999).

4.2 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei, neste edital e em seus anexos.

5 ENVIO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

5.1 - A proposta comercial inicial e os documentos de habilitação elencados no item 9 do presente edital deverão ser enviados por meio do sistema eletrônico, pelo site <www.comprasnet.gov.br>, a partir da data de divulgação do presente edital no mesmo site e até a data e o horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento das propostas e dos documentos de habilitação. Durante este período, a licitante poderá retirar ou substituir no sistema sua **proposta comercial inicial** e seus documentos de habilitação.

5.1.1 - Será desclassificada a **proposta comercial inicial** que contenha algum elemento que possa identificar a licitante, sem prejuízo de aplicação à mesma das demais cominações legais pertinentes.

5.1.2 - A **proposta comercial inicial**, contendo os preços, as especificações e, quando for o caso, a marca/modelo do objeto ofertado, deverá ser formulada e enviada **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**.

5.2 - Concluída a fase de lances e a etapa de negociação, a licitante vencedora deverá, após solicitação do(a) PREGOEIRO(A), elaborar e anexar ao sistema a **proposta comercial final ajustada**, sob pena de desclassificação e de aplicação, a critério da CMBH, das penalidades previstas no item 18 deste edital, com observância dos seguintes requisitos:

a) indicar a denominação social e o número do CNPJ/CPF da licitante;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- b) no caso de itens isolados, apresentar preços unitário e total para cada um dos itens;
- c) no caso de grupo de itens, apresentar preços unitário e total para todos os itens que o componha, bem como preço global respectivo;
- d) conter oferta firme e precisa relativamente ao que cotar, sem alternativas de preços ou quaisquer outras condições que induzam o julgamento a ter mais de um resultado;
- e) cotar os preços em moeda corrente;
- f) não conter emendas, rasuras, borrões, ressalvas ou entrelinhas, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito das demais licitantes, prejuízo à CMBH ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo.

5.3 - Os cálculos integrantes da **proposta comercial final ajustada** serão devidamente conferidos pela CMBH e, em caso de diferença entre os resultados constantes da proposta e os resultados apurados pela CMBH na operação aritmética de conferência, prevalecerão esses últimos.

5.3.1 - Havendo divergência entre preço unitário e preço total, prevalecerá o preço unitário. Havendo divergência entre preço numérico e preço por extenso, prevalecerá o preço por extenso.

5.3.2 - Na ocorrência das hipóteses previstas nos subitens 5.3 e 5.3.1 deste edital, o(a) PREGOEIRO(A) solicitará à licitante a anexação ao sistema de nova proposta comercial com as correções por ele apontadas. Na ausência de tal anexação, fará (o) PREGOEIRO(A) os devidos apontamentos em formulário próprio a ser anexado à proposta comercial final e ao contrato, o qual indicará os valores corretos que deverão prevalecer para fins de contratação.

5.4 - Na proposta comercial final ajustada a ser anexada ao sistema será permitida a readequação dos preços, a critério da licitante, desde que todos os preços sejam menores ou iguais aos preços finais ofertados na fase de lances



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria Geral Municipal
C.M. 552
OAB/MG 754.838

e na etapa de negociação, bem como aos preços médios constantes dos autos, sob pena de sua não aceitação pelo(a) PREGOEIRO(A).

5.5 - A apresentação da proposta comercial pela licitante implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições e especificações nela contidas, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo a proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

5.6 - Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alterações posteriores sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.7 - Além dos preços ofertados pelas licitantes em suas propostas comerciais, nada mais poderá ser cobrado da CMBH, a qualquer título e a qualquer momento, para a perfeita e completa execução do objeto deste Pregão.

5.7.1 - Os preços ofertados deverão considerar, ainda, **todos os encargos incidentes sobre o objeto deste Pregão**, não sendo aceita reivindicação posterior para a inclusão de outros encargos nos referidos preços, salvo se houver comprovação de que são novos e criados por ato de governo em data posterior à de envio das respectivas propostas comerciais.

5.8 - O prazo de validade da proposta comercial não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data final estipulada para seu envio.

5.9 - Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *site* <www.comprasnet.gov.br> e as especificações constantes deste edital e de seus anexos, prevalecerão estas últimas.

5.10 - Incumbirá à licitante acompanhar todas as operações efetuadas no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ou seja, desde a sua abertura até o seu encerramento, ficando responsável pelo ônus decorrente da

BV 110 P 21 d

Handwritten signature and date: 20/10/2013



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

perda de negócios em virtude da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo(a) PREGOEIRO(A) ou pelo sistema, bem como de sua eventual desconexão.

5.11 - A licitante, com a utilização do sistema eletrônico, assume como firmes e verdadeiros sua proposta e todos os lances inseridos e valores negociados durante a sessão pública.

6 ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 - A abertura da sessão pública será feita pelo(a) PREGOEIRO(A) por meio de sistema eletrônico no site <www.comprasnet.gov.br>, em data e horário indicados na folha de apresentação deste edital, quando se promoverá a análise e divulgação das propostas comerciais iniciais recebidas, sem a identificação de seus autores, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações deste ato convocatório.

6.1.1 - O(A) PREGOEIRO(A) desclassificará, motivadamente, as propostas comerciais iniciais que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital e em seus anexos.

6.1.2 - Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de lances.

6.2 - Após a abertura da sessão, não caberá desistência do certame, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) PREGOEIRO(A), sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem 18.2 deste edital, além de outras penalidades legalmente admissíveis.

6.3 - Na hipótese de não haver expediente no dia fixado na folha de apresentação deste edital, ficam os eventos respectivos transferidos para dia e horário a serem previamente comunicados pelo(a) PREGOEIRO(A).



7 ETAPA DE LANCES E DEMAIS PROCEDIMENTOS DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 - O ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA” deste edital indica se a licitação será feita por item isolado ou por grupo de itens, podendo adotar as duas formas simultaneamente. O formato (item isolado ou grupo de itens) indicado no referido anexo deverá ser necessariamente respeitado pelas licitantes ao elaborarem suas propostas comerciais.

7.2 - Aberta a etapa competitiva na sessão pública, a licitante poderá encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo ela imediatamente informada do seu recebimento, do horário de registro e do valor.

7.2.1 - Os lances deverão ser ofertados pelo valor total para a íntegra de cada item isolado ou componente do grupo de itens, conforme definido no **ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA”** e no item 8 deste edital, excetuado, quando for o caso de registro de preços, o disposto no **ANEXO “APLICAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS”**.

7.3 - A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema.

7.4 - Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu detentor.

7.5 - Durante a fase de lances, o(a) PREGOEIRO(A) poderá, justificadamente, excluir lance cujo valor seja manifestamente inexequível. Caso a licitante não concorde com a exclusão, deverá reenviar o lance excluído.

7.6 - O modo de disputa adotado para este certame será aquele definido no ANEXO “REGRAS DO MODO DE DISPUTA”, cabendo à licitante tomar ciência de todas as regras nele contidas.



Roberta Santos e Nunes - CM
Procuradora Geral Adj
6421114154.838



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

7.7 - No caso de desconexão com o(a) PREGOEIRO(A) no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances. Quando possível, retornará o(a) PREGOEIRO(A) a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos eventualmente realizados no sistema durante essa desconexão.

7.7.1 - Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes pelo(a) PREGOEIRO(A), no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.7.2 - Caso a licitante não realize lances, permanecerá o valor da proposta eletrônica inicial para efeito de classificação.

7.8 - Havendo empate para fins de classificação, será observado o seguinte:

a) só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de sua apresentação pelas licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação;

b) no caso de equivalência dos valores apresentados por ME e EPP que se encontrem no intervalo de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final de desempate, aplicando-se o regramento disposto no ANEXO "MICROEMPRESAS (ME's) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)";

c) havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- I) produzidos no País;**
- II) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;**

Handwritten signatures and initials in blue ink on the left margin.

Handwritten initials and marks at the bottom of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



III) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação;

d) na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.9 - Apurada a oferta classificada em primeiro lugar e cumprida, se for o caso, a determinação contida no subitem 7.10 seguinte, o(a) PREGOEIRO(A) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante para que seja obtido preço melhor para a CMBH, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste edital e em seus anexos.

7.9.1 - A negociação a ser realizada nos termos do subitem 7.9 poderá ser acompanhada pelas demais licitantes por meio do sistema eletrônico.

7.10 - Nenhuma negociação poderá ser feita pelo(a) PREGOEIRO(A) com a melhor classificada sem que antes, quando for o caso, seja dado às ME's e EPP's em situação de empate ficto o direito de encaminhamento da oferta final de desempate, nos termos previstos neste edital, em especial no **ANEXO "MICROEMPRESAS (ME's) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)"**, bem como na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

8 ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Após a divulgação deste edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, sua proposta inicial com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a

BV

110

Q

E

M

Handwritten signature and date: 11/03/2023



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme previsto no subitem 5.1 deste ato convocatório.

8.1.1 - Encerrada a etapa de negociação de que trata o subitem 7.9, o(a) PREGOEIRO(A) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao valor estipulado para a contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do edital e de seus anexos.

8.1.2 - Para o julgamento das propostas, o(a) PREGOEIRO(A) levará em consideração o **MENOR PREÇO OU O MAIOR DESCONTO, conforme definido na “folha de apresentação” deste instrumento, OFERTADO PARA A ÍNTEGRA DO ITEM ISOLADO OU DO GRUPO DE ITENS**, conforme definido no **ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA”**, desde que atendidas todas as demais especificações do edital e de seus anexos, não sendo aceitas as propostas que estiverem em desacordo.

8.1.3 - Não serão aceitas propostas com valor global ou unitário superior ao estimado, inclusive, quando houver, para a taxa de BDI.

8.1.3.2 - No caso de grupo de itens, a aceitação somente poderá ser feita em relação à totalidade do grupo, não se admitindo aceitação parcial de proposta.

8.1.3.2.1 - A existência de valor de um ou mais itens componentes do grupo superior à média estimada impedirá o aceite daquela proposta, ainda que o valor global do grupo de itens esteja abaixo do preço médio global.

8.1.3.2.2 - O(A) PREGOEIRO(A) poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o valor global ofertado for aceitável, mas os valores unitários que o compõem necessitem de ajustes aos preços estimados pela CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



8.1.2.3 - Todos os preços deverão ser cotados com, no máximo, **duas casas decimais**. Não sendo observada esta regra pela licitante, serão desconsideradas pelo(a) PREGOEIRO(A) as casas decimais a partir da terceira, **sem arredondamento**.

8.2 - A licitante detentora da melhor oferta aceita após a etapa de negociação, quando convocada pelo(a) PREGOEIRO(A), deverá enviar, por meio da opção “enviar anexo” do sistema eletrônico, a proposta comercial final (ajustada ao último lance dado ou ao valor negociado), no modelo constante do **ANEXO “MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL”** deste edital, bem como eventual documentação complementar, quando necessária.

8.2.1 - Os documentos exigidos deverão ser enviados por meio digital pela licitante, através da funcionalidade presente no sistema (*upload*), no prazo mínimo de 2 (duas) horas e máximo de 24 (vinte e quatro) horas a ser definido pelo(a) PREGOEIRO(A) após fazer a solicitação daqueles no sistema eletrônico.

8.2.1.1 - O prazo para envio de anexo (situação de “convocado”) será finalizado automaticamente pelo sistema quando da anexação dos documentos.

8.2.1.2 - O prazo previsto no subitem 8.2.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por no máximo 24 (vinte e quatro) horas, a pedido da licitante, com justificativa aceita pelo(a) PREGOEIRO(A), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido, através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br ou do *chat* do sistema.

8.2.2 - Caso o termo de referência tenha exigido, da licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, a apresentação de amostra na fase de classificação das propostas, as regras constarão em **anexo próprio**, relacionado na “folha de apresentação” do edital, com o título “**CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE AMOSTRAS**”.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

8.2.3 - A proposta comercial e seus eventuais anexos, bem como os documentos de habilitação, deverão ser remetidos exclusivamente por meio eletrônico, pelo sistema adotado para a realização do Pregão.

8.2.4 - A não anexação ao sistema da proposta comercial ou dos documentos de habilitação acarretará a desclassificação da proposta ou a inabilitação da licitante, conforme o caso, sujeitando-se esta às sanções legais e editalícias cabíveis.

8.3 - Será **DESCLASSIFICADA** a proposta comercial que estiver em desacordo com as exigências constantes neste edital e em seus anexos.

8.4 - Será considerada inexecutável a proposta que apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie expressamente à parcela ou à totalidade da remuneração.

8.5 - O(a) PREGOEIRO(A) poderá consultar o setor demandante antes de decidir sobre a exequibilidade da proposta.

8.6 - Na análise da proposta comercial, poderá o(a) PREGOEIRO(A) desconsiderar erros materiais e evidentes falhas formais sanáveis que não afetem o seu conteúdo.

8.7 - A desclassificação de propostas comerciais será sempre fundamentada e registrada no sistema, com possibilidade de acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.8 - Nos itens não exclusivos a ME e EPP, sempre que uma proposta não for aceita e antes de o(a) PREGOEIRO(A) passar à proposta subsequente, **deverá ser feita nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto previsto** nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida neste edital, se for o caso.



8.9 - Será verificada a condição de habilitação da licitante detentora do menor preço aceito pelo(a) PREGOEIRO(A), observadas as disposições contidas no item 9 deste edital.

8.10 - Constatado o atendimento das exigências fixadas neste edital e em seus anexos para a habilitação, será a licitante **declarada vencedora do certame** para o item/grupo de itens.

8.11 - **Se a oferta da primeira classificada não for aceitável ou se a licitante for inabilitada**, o(a) PREGOEIRO(A) examinará as ofertas subsequentes, bem como o atendimento às condições de habilitação, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta em conformidade com o edital, observado o disposto em seu subitem 8.8.

8.12 - Aplicar-se-á o disposto no subitem 8.11 deste edital também no caso de a licitante vencedora, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato ou não aceitar a nota de empenho, conforme o caso.

8.13 - Nas situações previstas nos subitens 8.11 e 8.12 deste edital, deverá o(a) PREGOEIRO(A), ainda, negociar com a proponente para que seja obtido preço melhor para a CMBH.

9 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - As licitantes deverão, nos termos do subitem 5.1, anexar ao sistema os documentos de habilitação a seguir relacionados.

9.1.1 - DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA: prova de constituição social atualizada, que consistirá em um dos seguintes documentos:

a) empresário Individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

- b) microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no *site* www.portaldoempreendedor.gov.br;
- c) sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) sociedade por ações: ato constitutivo, estatuto ou contrato social e alterações em vigor, devidamente registrado no órgão pertinente, acompanhado do documento de eleição de seus administradores;
- f) cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei Federal nº 5.764/1971;
- g) empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- h) exercício de atividade que dependa de registro ou autorização: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando solicitado por este edital em anexo próprio.

9.1.1.1 - Os documentos de constituição social deverão explicitar o **objeto social**, que deverá ser compatível com o objeto licitado, a **sede da empresa** e os **responsáveis por sua administração** que tenham poderes para assinar os documentos pela empresa, além de estarem acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria Geral Adjunta
CABMG 104.038

9.1.1.2 - O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores ainda não consolidadas.

9.1.2 - DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) comprovante de inscrição e de situação cadastral do CNPJ;
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) comprovante de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão estadual competente;
- d) comprovante de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou da sede da licitante, por meio de certidão emitida pelo órgão municipal competente;
- e) comprovante de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943.

9.1.2.1 - Para o atendimento do disposto nas letras "b", "c" e "d" do subitem 9.1.2 deste edital, não serão aceitas pelo(a) PREGOEIRO(A) documentos que comprovem a regularidade fiscal de apenas **parte dos tributos** de competência de cada ente federado.

9.1.2.2 - Para o atendimento das exigências relativas à regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas pelo(a) PREGOEIRO(A), quando for o caso, certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.1.3 - Documentos relativos à qualificação econômico-financeira e à qualificação técnica, **QUANDO EXIGIDOS**, constarão em **anexos**, relacionados na “folha de apresentação” do edital, com o título principal **“OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO.”**

9.1.3.1 - É responsabilidade da licitante conferir, na “folha de apresentação” do edital, **se foram relacionados um ou mais anexos** cujo título principal seja **“OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO”**, para que sejam consultados os documentos a serem apresentados nos mesmos termos que os demais relacionados neste item 9.

9.2 - CADASTROS NO SUCAF E NO SICAF:

9.2.1 - A verificação do atendimento aos requisitos de habilitação referidos no subitem 9.1.2 (regularidade fiscal e trabalhista) será realizada pelo(a) PREGOEIRO(A) mediante consulta ao **SUCAF** (Sistema Único de Cadastro de Fornecedores do Município de Belo Horizonte) e ao **SICAF** (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal), independentemente de apresentação pela licitante de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

9.2.1.1 - Também poderão ser consultados pelo(a) PREGOEIRO(A) os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SUCAF ou ao SICAF.

9.2.1.2 - Aplica-se o disposto no subitem 9.2.1 aos requisitos de habilitação relativos à qualificação econômico-financeira, nos termos do subitem 9.1.3, desde que as exigências sejam aferíveis por meio da declaração demonstrativa da situação da licitante, emitida pelo SUCAF ou SICAF.

9.2.1.3 - O(A) PREGOEIRO(A) deverá imprimir declaração demonstrativa da situação da licitante nos cadastros mencionados no subitem 9.2.1 e juntá-la aos autos.



9.2.2 - A licitante cadastrada no SUCAF ou no SICAF deverá complementar a documentação de habilitação, sob pena de INABILITAÇÃO, anexando ao sistema, na forma do subitem 8.1:

- a) os documentos que não constarem da declaração demonstrativa da situação da licitante no SUCAF ou no SICAF;
- b) o ato constitutivo, estatuto, contrato social ou documento equivalente, atualizado e registrado;
- c) novos documentos de habilitação em vigor, caso os documentos exigidos e relacionados na declaração demonstrativa da situação da licitante no SUCAF ou no SICAF já estiverem com os prazos de validade expirados;
- d) os documentos exigidos para **qualificação técnica**, quando esta for exigida, nos termos definidos no subitem 9.1.3 deste edital, e independentemente de constarem nos cadastros previstos no subitem 9.2.1.

9.2.3 - O cadastramento da licitante no SUCAF ou a partir do nível II do SICAF não é condição necessária para a sua habilitação neste certame. Para a licitante não cadastrada nos referidos sistemas para fins habilitatórios, não serão aplicadas as regras previstas nos subitens 9.2.1 a 9.2.2, devendo as licitantes, neste caso, anexarem ao sistema todos os documentos de habilitação exigidos neste edital e em seus anexos, observadas as demais regras neles previstas.

9.2.3.1 - Os documentos para cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante serão consultados e impressos pelo(a) PREGOEIRO(A) para suprir eventual ausência de documentação, aplicando-se esta mesma regra para quaisquer documentos que possam ser impressos mediante consulta ao SICAF ou ao SUCAF.

9.3 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

110 BV P e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.3.1 - Na análise da habilitação, o(a) PREGOEIRO(A) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF, a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda ao art. 9º, III, da Lei Federal nº 8.666/1993;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça.

9.3.1.1 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da licitante e também de seu **sócio majoritário**, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.3.1.2 - Constatada a existência de sanção, o(a) PREGOEIRO(A) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.3.1.3 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida neste edital para aceitação da proposta subsequente.

9.3.2 - Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados em meio digital pelas licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (*upload*), na forma e nas condições previstas no subitem 8.1 deste edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



9.3.3 - Somente mediante autorização do(a) PREGOEIRO(A) e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

9.3.3.1 - Os documentos enviados na forma do subitem 9.3.3 serão disponibilizados no *site* da CMBH para consulta das demais licitantes pelo prazo previsto para recurso.

9.3.4 - O(a) PREGOEIRO(A), quando julgar necessário, poderá determinar a apresentação do documento original ou cópia autenticada em até 3 (três) dias úteis, com vistas à confirmação da autenticidade.

9.3.4.1 - A apresentação referida no subitem anterior poderá ser realizada por meio de envio do documento à CMBH, caso em que será considerada, para fins de aferição de tempestividade, a data da postagem.

9.3.4.2 - O prazo acima poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, a pedido da licitante, com justificativa aceita pelo(a) PREGOEIRO(A), desde que apresentado requerimento no prazo inicialmente concedido, através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

9.3.5 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitações de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente edital e em seus anexos.

9.3.6 - Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, uma vez que a documentação necessária à habilitação, bem como qualquer outra documentação solicitada neste edital e em seus anexos, deverá guardar compatibilidade em relação ao CNPJ/CPF apresentado, **não sendo permitida a mescla de documentos.**

9.3.6.1 - Ressalvam-se do disposto neste subitem aqueles documentos legalmente permitidos e os tributos cuja certidão seja expedida exclusivamente no CNPJ e nome da matriz.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

9.3.7 - Todos os documentos previstos neste edital e em seus anexos deverão estar **válidos na data final estabelecida no edital para a sua anexação ao sistema (data de abertura da sessão pública)**. Documentos vencidos acarretarão a **INABILITAÇÃO** da licitante, observado, entretanto, o disposto no subitem 9.2 deste edital.

9.3.7.1 - Na hipótese em que os documentos de habilitação anexados concomitantemente com a proposta comercial inicial, na forma do subitem 8.1, estejam com a validade vencida quando da convocação pelo(a) PREGOEIRO(A) para o envio da proposta comercial final ajustada, será permitido à licitante encaminhar, juntamente com a referida proposta, documentação com data de validade atualizada.

9.3.8 - Os documentos que não possuem prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias.

9.3.8.1 - Não se enquadram na exigência do subitem 9.3.8 deste edital aqueles documentos que, pela sua própria natureza, não se sujeitam a prazo de validade.

9.3.9 - Na apreciação dos documentos para habilitação, poderá o(a) PREGOEIRO(A) solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

9.3.10 - Para os documentos autenticáveis pela *internet*, procedida a consulta ao *site* respectivo, o(a) PREGOEIRO(A) ou a equipe de apoio certificarão a autenticidade do documento, mediante carimbo próprio e assinatura na via anexada pela licitante.

9.3.11 - Será **INABILITADA** a licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou por apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital e em seus anexos.

9.3.11.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal e trabalhista**, entregues por ME ou EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para regularização, cujo termo inicial corresponderá ao



momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, assim considerado aquele posterior à fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do(a) PREGOEIRO(A), nos termos legais.

9.3.12 - Da sessão pública do Pregão será divulgada ata no sistema eletrônico COMPRASNET e no *site* da CMBH.

10 REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

10.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

a) nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que deles dependam;

b) quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando a licitante declarada vencedora não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão refeitos os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 - Todas as licitantes serão convocadas para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico e de publicação no Diário Oficial do Município de Belo Horizonte.

11 RECURSOS

11.1 - Declarada a vencedora do certame, o(a) PREGOEIRO(A) abrirá o prazo de 20 (vinte) minutos durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

campo próprio do sistema eletrônico, manifestar a sua intenção de recorrer, registrando a síntese de suas razões.

11.2 - A falta de manifestação motivada da licitante no prazo supracitado importará a decadência do direito de recurso, autorizando o(a) PREGOEIRO(A) a adjudicar o objeto à licitante vencedora.

11.3 - Será concedido, à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso, o prazo de 3 (três) dias úteis, iniciados no dia útil subsequente, para apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem suas contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do dia seguinte ao término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

11.3.1 - Tanto as razões do recurso quanto as contrarrazões deverão ser registradas pelas licitantes no campo próprio do sistema eletrônico, nos prazos definidos no subitem supracitado.

11.4 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 - Inexistindo manifestação recursal, o(a) PREGOEIRO(A) adjudicará o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s), cabendo ao(à) Presidente da CMBH homologar o procedimento licitatório.

12.2 - Existindo manifestação recursal e decididos os recursos porventura interpostos, competirá ao(à) Presidente da CMBH adjudicar o objeto da licitação à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologar o procedimento licitatório.

13 CONTRATAÇÃO



13.1 - Nos casos em que a lei determinar a celebração de termo de contrato, sua minuta estará em anexo próprio do edital, indicado na “folha de apresentação”, e a licitante vencedora do certame será convocada pela CMBH para assinar o contrato respectivo, no prazo determinado pela Administração.

13.2 - Nos demais casos, a contratação poderá ser efetivada por meio de nota de empenho, observadas as regras elencadas em anexo próprio do edital.

14 REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

14.1 - As regras acerca do reajustamento dos preços contratados são aquelas estabelecidas no ANEXO “MINUTA DE CONTRATO”/“CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO” deste edital.

15 ENTREGA, RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO

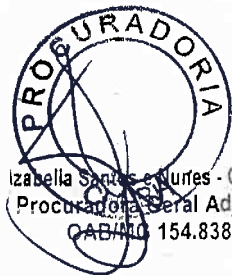
15.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização da contratação são aqueles previstos no ANEXO “TERMO DE REFERÊNCIA” deste edital.

16 OBRIGAÇÕES DA CMBH E DA CONTRATADA

16.1 - As obrigações da CMBH e da CONTRATADA são aquelas estabelecidas no ANEXO “MINUTA DE CONTRATO”/“CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO” deste edital.

17 PAGAMENTO

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

17.1 - As condições de pagamento são aquelas previstas no ANEXO "MINUTA DE CONTRATO"/"CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO" deste edital.

18 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, a licitante/adjudicatária que:

- a) não aceitar/retirar a nota de empenho ou não assinar o termo de contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b) apresentar documentação falsa;
- c) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d) não manter a proposta;
- e) cometer fraude fiscal;
- f) comportar-se de modo inidôneo.

18.1.1 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre as licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.2 - A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) multa de até 10 % (dez por cento) sobre o valor total estimado do(s) item(ns) prejudicado(s) pela conduta da licitante;
- b) impedimento de licitar e de contratar com o Município de Belo Horizonte e descredenciamento do SUCAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.



18.3 - A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

18.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei Federal nº 9.784/1999.

18.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.6 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no **ANEXO "MINUTA DE CONTRATO"/"CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE NOTA DE EMPENHO"** deste edital.

19 PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

19.1 - Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este edital, por escrito, entregando o documento respectivo na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis, ou por meio eletrônico, através de formulário específico disponível no *site* da CMBH na *Internet*.

19.2 - Caberá ao(à) PREGOEIRO(A) responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre as impugnações no prazo de até 2 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura da sessão.

19.3 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da sessão de abertura do certame, caso necessário.

100 B BV e



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

19.4 - As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.4.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) PREGOEIRO(A) nos autos do processo de licitação.

19.5 - As respostas às impugnações feitas e aos esclarecimentos solicitados serão prestadas pelo(a) PREGOEIRO(A), entranhadas nos autos do processo licitatório e disponibilizadas em campo próprio do sistema COMPRASNET e no *site* da CMBH, podendo ser consultadas ainda por qualquer interessado na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, no endereço e horário indicados no subitem 19.1 deste edital.

19.6 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações aderem a este edital como se dele fizessem parte, vinculando a CMBH e as licitantes.

20 DIVULGAÇÃO DOS ATOS DO CERTAME

20.1 - Este edital está disponível nos *sites* <https://www.comprasnet.gov.br> e <https://www.cmbh.mg.gov.br/transparencia/licitacoes>, bem como na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, onde poderá ser obtida cópia, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis.

20.2 - As respostas e as decisões referentes a recursos serão disponibilizadas em campo próprio do sistema eletrônico, sendo também publicadas no *site* da CMBH.

20.3 - No Diário Oficial do Município de Belo Horizonte serão publicados o aviso de edital, a convocação para reabertura de sessão, as decisões sobre recurso, a adjudicação e a homologação da licitação.

20.4 - Aqueles que tiverem interesse em participar do certame deverão, durante todo o processo, acompanhar as publicações referentes ao mesmo nos locais citados nos



subitens 20.1 a 20.3, com vistas a possíveis alterações e avisos, não se responsabilizando a CMBH em promover qualquer comunicação por meios diversos desses.

20.5 - Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido, quando necessário, será reaberto para observância do prazo mínimo previsto no inciso V do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico às licitantes.

21 DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1 - É facultada ao(à) PREGOEIRO(A), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou de informação que deveriam constar no ato da sessão pública.

21.1.1 - No julgamento das propostas e da habilitação o(a) PREGOEIRO(A) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.1.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.2 - Fica assegurado à CMBH o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência às participantes e sendo devidamente justificada e processada na forma da legislação vigente.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

21.3 - As proponentes são as únicas responsáveis por todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMBH não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4 - As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade de informações, declarações e documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.

21.4.1 - A licitante que apresentar informações, declarações ou documentos falsos responderá por seus atos, civil, penal e administrativamente.

21.5 - A CMBH não se responsabilizará por documentos enviados via postal ou por outra forma e que, por isso, não chegarem até à CMBH para atendimento ao disposto neste edital e em seus anexos.

21.6 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

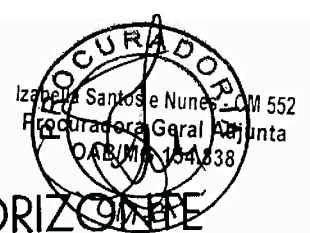
21.7 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMBH.

21.8 - Aos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/1993.

21.9 - Os documentos que comporão o processo físico serão rubricados pelo(a) PREGOEIRO(A) ou pela equipe de apoio, mediante carimbo próprio, certificando que se trata de documento anexado ao sistema COMPRASNET pela licitante ou impresso diretamente pelo (a) PREGOEIRO(A), nos termos do edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



21.10 - O processo relativo a esta licitação permanecerá com vista franqueada aos interessados na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, telefone (31) 3555-1249, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis.


21.11 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.12 - O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Belo Horizonte - Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais especial que seja.



Elenice Maria Pereira - CM 403
Pregoeira



Emanuela Pilo da Barros Torres
CM - 551
Pregoeira


Priscila Caroline C. S. Rodrigues
CM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação


Bruno Valcindo P. Urban - CM 503
Pregoeiro


Fabiana Miranda Prestes
CM - 582
Pregoeira


Carolina Maria da Silva Azevedo - CM 587
Pregoeira


Tiago Costa Oliveira - CM 664
Pregoeiro


Karina Costa Fróes - CM 472
Pregoeira


Alessandra Uarnasceno de Vasconcelos
CM: 410
Pregoeira



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO - TERMO DE REFERÊNCIA -

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2021

Advertências Preliminares

Este anexo define, minuciosamente, o objeto do certame epigrafado, detalha o bem ou serviço a ser fornecido-prestado e as condições específicas que a(s) vencedora(as) deverá(ão) observar na execução contratual.

Faz parte integrante deste anexo e dele é indissociável a cópia integral do pedido e do termo de referência que ensejou a presente licitação, cujo original compõe o processo respectivo.

ATENÇÃO: O objeto do Pregão Eletrônico nº 34/2021 foi cadastrado no sistema Comprasnet como um item único (o qual corresponde ao Lote Único composto por profissionais do tipo A, B, C, D e E, conforme o anexo termo de referência). Por este motivo, quando do cadastro do valor inicial da sua proposta, a licitante deverá **DIGITAR** no sistema Comprasnet, para fins da etapa de lances, o **valor total anual para o item único**, calculado na forma do Modelo de Proposta Comercial anexado ao edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

Nº TR	Nº Protocolo Geral (Preenchimento pela SECONT)
DIVGES 01/2021	541/2021

1 - ÁREA DEMANDANTE/SIGLA

Divisão de Gestão de Segurança - DIVGES

2 - TIPO

Contratação tradicional para o objeto descrito no campo 3 deste termo de referência.

3 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE Nº	ITEM Nº	SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE DE PROFISSIONAIS
1	1	Tipo A	Un	13
	2	Tipo B	Un	18
	3	Tipo C	Un	15
	4	Tipo D	Un	14
	5	Tipo E	Un	8

4 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação se justifica em razão da necessidade de se garantir a segurança nos edifícios da CMBH, a fim de resguardar o patrimônio público e de assegurar a integridade física dos vereadores, servidores, colaboradores e demais pessoas que frequentam as dependências desta Casa Legislativa. Os serviços de vigilância e segurança pessoal são, portanto, essenciais para que os agentes públicos possam desempenhar suas atividades regimentais.

A realização de certame com a finalidade de contratação dos serviços de vigilância

Handwritten signatures and initials on the right margin.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

e segurança pessoal é motivada pelo término do prazo de vigência do Contrato nº 114/2016, firmado pela CMBH com empresa especializada do ramo, e também pela inexistência de quadro de pessoal efetivo para a execução desses serviços.

Destaque-se que as funções de vigilância e segurança pessoal se enquadram como serviços relevantes de apoio à realização de atividades essenciais e ao cumprimento da missão institucional, porém não demandam a criação de cargos públicos na estrutura organizacional da CMBH.

Uma vez que não constam da relação de cargos deste órgão e considerando, ainda, as vantagens operacionais e gerenciais proporcionadas pela terceirização, optou-se pela contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada para a prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal. Destaca-se que a Instrução Normativa Federal Nº 05/2017 estabelece que podem ser contratados pela Administração Pública os serviços de terceiros que apoiam a realização das atividades essenciais ao cumprimento da missão institucional do órgão. Na relação dessas atividades se encontra a prestação de serviços continuados como os que se pretende contratar.

O quantitativo total previsto se justifica pela necessidade em atender a imprescindível demanda real dos serviços de vigilância e segurança pessoal, considerando a existência de 2 (dois) edifícios com área total de aproximadamente 13.500 m². O prédio principal possui 3 (três) andares, onde estão instalados os 41 gabinetes de vereadores, o gabinete da Presidência, os 5 (cinco) plenários, a maior parte das áreas administrativas e a Coordenadoria de Assuntos Sociais. O prédio anexo possui 2 (dois) andares, onde estão instaladas as áreas administrativas, as oficinas, o estoque de material de almoxarifado e o refeitório. A estrutura física conta ainda com uma área de 1.600 m² de estacionamento. Considerou-se também o público diário superior a 1.500 pessoas na CMBH, pois, além dos agentes políticos, servidores efetivos, comissionados, à disposição e agentes terceirizados, a CMBH recebe público externo diário de aproximadamente 350 pessoas. Em dias de reuniões ordinárias e audiências públicas, o público externo pode inclusive ultrapassar o montante de 550 pessoas.

Registra-se que neste Termo de Referência há apenas a manutenção do quantitativo de profissionais atualmente alocados na CMBH, por ter se mostrado suficiente e fundamental para a garantia da segurança das pessoas, bens e instalações da CMBH. O valor dos salários definidos neste Termo de Referência para os(as) profissionais indicados(as) também constitui mera repetição dos valores atualmente praticados por esta CMBH, por se considerar que esses valores demonstraram garantir a qualificação dos(as) profissionais aqui alocados(as).



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

Do exposto acima, torna-se imprescindível a contratação de empresa para o fornecimento de mão de obra especializada na prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal.

5 - CLASSIFICAÇÃO E AGRUPAMENTO DE ITENS

Trata-se de serviços com as seguintes características: **comuns, continuados**, com fornecimento de **mão de obra exclusiva** (nos termos do § 3º do art. 31 da Lei 8.212/1991).

Justificativa para a opção acima:

Para fins da Lei Federal nº 10.520/2002, os serviços especificados neste Termo de Referência são considerados serviços comuns. Isso porque, conforme determinado pela própria lei, os padrões de desempenho e qualidade dos serviços foram objetivamente aqui definidos, por meio de especificações usuais de mercado.

Além disso, os serviços em questão são continuados, uma vez que sua interrupção irá comprometer o desenvolvimento das atividades da CMBH, sendo que a necessidade de sua contratação se estende por mais de um exercício financeiro e de forma contínua.

Destaca-se, também, que os serviços de vigilância e segurança pessoal são de dedicação exclusiva de mão de obra, por exigirem sua constante necessidade para o desenvolvimento das atividades da CMBH. Assim, é necessária a disposição permanente e diária dos(as) profissionais a serviço da CMBH.

Sobre o agrupamento ou não de itens: a contratação será por: **Lote único**.

Justificativa para a opção acima:

A licitação em lote, conforme solicitado neste Termo de Referência, é a solução adequada e correta tendo em vista o escopo da contratação e a legislação aplicável, por tornar mais vantajoso para as empresas disputarem o certame. Isso porque o lote construído serve efetivamente para atrair interessados e, com isso, ampliar a obtenção efetiva de uma empresa contratada em melhores condições de satisfação da necessidade pública, especialmente por conta da redução do preço decorrente do ganho de escala.

Além disso, a disputa por itens ensejaria a possibilidade de muitos contratos a serem geridos, encarecendo custos administrativos, tais como prepostos (as), fiscalizações e treinamentos. Ademais, a unidade dos serviços exige que uma empresa apenas seja contratada, de forma a melhor gerenciar o pessoal a ser

Handwritten signature

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

alocado e a distribuição das tarefas entre os empregados.

A organização do lote respeitou a lógica de mercado, exatamente com o objetivo de garantir o cumprimento daquilo que antes se ressaltou aqui como justificativa para o abraçamento de tal mecanismo.

Por certo que essa composição não se preocupou com a realidade de tal ou qual empresa específica, mas com a lógica do mercado e com o conjunto daqueles que se dedicam à prestação desse tipo de serviço.

A composição do lote na forma indicada neste Termo de Referência guarda íntima relação com a oferta do conjunto de serviços em ambiente de competição e franqueamento da disputa, razão pela qual se torna extremamente vantajosa para a CMBH.

6 - ESPECIFICAÇÃO COMPLETA DO OBJETO (contemplar, entre outros requisitos, as condições gerais e específicas de execução e aceitação e existência de garantia)

6.1. DO OBJETO

6.1.1. Prestação de serviços de natureza continuada de vigilância e segurança pessoal, a serem executados para a CMBH, compreendendo a alocação de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

6.2. DO(A) PREPOSTO(A)

6.2.1. A CONTRATADA deverá indicar ao(à) gestor(a), em até 5 (cinco) dias úteis a contar da assinatura do contrato, mediante declaração, um(a) preposto(a) para representá-la administrativamente durante a vigência do contrato, sempre que for necessário. O(A) referido(a) preposto(a) deverá ser pessoa distinta dos(as) profissionais a serem alocados(as) para a prestação dos serviços, pois conciliar a função de preposto(a) comprometeria o desempenho do(a) profissional no que diz respeito à outra função para a qual ele(a) foi contratado(a). O(A) preposto(a) não precisa ser exclusivo(a) ou ficar alocado(a) nas dependências da CMBH. A declaração deverá conter o nome completo, o número do CPF e do documento de identidade, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional.

6.2.2. A CONTRATADA orientará o(a) seu(ua) preposto(a) quanto à necessidade de observar as orientações da CMBH, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

Lucas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.2.3. O(A) preposto(a) deverá se apresentar à DIVGES da CMBH em até 5 (cinco) dias úteis antes da data de início de vigência do contrato, a fim de tratar dos assuntos pertinentes à implantação de postos e execução do contrato.

6.2.4. O(A) preposto(a) ou outro(a) responsável indicado(a) pela CONTRATADA deverá se apresentar à Seção de Preparo de Documentos e Arquivo (SECPDA) da CMBH em até 5 (cinco) dias úteis a contar do início de vigência do contrato, para tratar dos assuntos pertinentes ao faturamento mensal.

6.2.5. Além das hipóteses previstas nos subitens anteriores, o(a) preposto(a) deverá comparecer à CMBH sempre que convocado pelo(a) gestor(a) do contrato, no horário comercial, a fim de tratar de assuntos relacionados à execução contratual.

6.2.6. Ao final de cada mês, o(a) preposto(a) da CONTRATADA deverá apresentar relatório ao(à) gestor(a) do contrato, contendo as justificativas para as falhas eventualmente apontadas na execução dos serviços.

6.2.7. O(A) preposto(a) deverá possuir, dentre outras, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos realizados pelos empregados da CONTRATADA;
- b) auxiliar no controle da assiduidade e pontualidade dos empregados da CONTRATADA;
- c) cumprir e fazer cumprir, por parte do(a) empregado(a) da CONTRATADA, todas as determinações, instruções e orientações da CMBH;
- d) elaborar, acompanhar e controlar escalas de férias, evitando situações de prejuízo aos serviços contratados;
- e) reportar-se ao(à) gestor(a) do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços;
- f) relatar ao(à) gestor(a) do contrato, pronta e imediatamente, toda e qualquer irregularidade observada;
- g) comparecer à CMBH, sempre que chamado pelo(a) gestor(a) do contrato.

6.3. DOS REQUISITOS PARA CADA PROFISSIONAL

6.3.1. Os(as) profissionais deverão possuir a seguinte escolaridade mínima:

- a) profissionais dos **TIPOS A, B e C**: ensino fundamental completo, acrescido de curso de formação de vigilantes;
- b) profissionais do **TIPO D**: ensino médio completo e curso de formação de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

vigilantes;

c) profissionais do TIPO E: ensino médio completo, cursos de formação de vigilantes e de segurança pessoal, carteira nacional de habilitação categoria B e curso de direção defensiva.

6.3.2. Para aquelas situações em que a lei assim o exigir (se for o caso), deverá o(a) profissional possuir o registro vigente no órgão profissional competente ou na Delegacia Regional do Trabalho.

6.3.3. Quando houver a obrigação legal da conclusão de um curso específico para o exercício de determinada função, não relacionado no subitem 6.3.1, tal exigência também deverá ser necessariamente observada pela CONTRATADA no momento da contratação do(a) profissional.

6.3.4. Os requisitos de escolaridade deverão ser comprovados pela CONTRATADA ao(à) gestor(a) do contrato com, no mínimo, 3 (três) dias úteis de antecedência à data de alocação do(a) trabalhador(a) aos serviços da CMBH.

6.4. DAS ATRIBUIÇÕES DOS(AS) PROFISSIONAIS:

6.4.1. Os(As) profissionais alocados(as) no serviço TIPO A terão as seguintes atribuições:

- a) Manter a ordem no prédio da CMBH, em suas dependências e em seu anexo;
- b) Efetuar o monitoramento do circuito fechado de TV (CFTV);
- c) Zelar pela segurança de pessoas, instalações, veículos, equipamentos e documentação existente;
- d) Efetuar rondas de inspeção para evitar roubos, furtos, incêndios ou quaisquer outros danos às pessoas, ao prédio e ao anexo;
- e) Efetuar a detenção de quem cometer delito ou perturbar a ordem e a segurança no prédio, nas dependências da CMBH e em seu anexo;
- f) Relatar ocorrências e delas fazer registro;
- g) Controlar portarias de acesso ao prédio da CMBH e ao seu anexo;
- h) Prestar primeiros socorros a pessoas no recinto da CMBH, em suas dependências e em seu anexo, enquanto se aguarda o atendimento médico;
- i) Controlar a entrada e a saída de veículos no estacionamento privativo da CMBH;
- j) Controlar a entrada e a saída de mercadorias, materiais, bens patrimoniais e bens particulares do prédio da CMBH e de seu anexo;

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS**

- k) Orientar o público sobre medidas de segurança;
- l) Auxiliar no combate a princípios de incêndios, com o uso de hidrantes e de extintores;
- m) Proceder ao registro e controle dos serviços realizados;
- n) Emitir relatórios e prestar informações sobre as atividades desempenhadas, quando solicitado;
- o) Desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.4.2. Os(As) profissionais alocados(as) no serviço **TIPO B** terão as seguintes atribuições:

- a) Manter a ordem no prédio da CMBH, em suas dependências e em seu anexo;
- b) Efetuar o monitoramento do circuito fechado de TV (CFTV);
- c) Zelar pela segurança de pessoas, instalações, veículos, equipamentos e documentação existente;
- d) Efetuar rondas de inspeção para evitar roubos, furtos, incêndios ou quaisquer outros danos às pessoas, ao prédio e ao anexo;
- e) Efetuar a detenção de quem cometer delito ou perturbar a ordem e a segurança no prédio, nas dependências da CMBH e em seu anexo;
- f) Relatar ocorrências e delas fazer registro;
- g) Controlar portarias de acesso ao prédio da CMBH e ao seu anexo;
- h) Prestar primeiros socorros a pessoas no recinto da CMBH, em suas dependências e em seu anexo, enquanto se aguarda o atendimento médico;
- i) Controlar a entrada e a saída de veículos no estacionamento privativo da CMBH;
- j) Controlar a entrada e a saída de mercadorias, materiais, bens patrimoniais e bens particulares do prédio da CMBH e de seu anexo;
- k) Orientar o público sobre medidas de segurança;
- l) Auxiliar no combate a princípios de incêndios, com o uso de hidrantes e de extintores;
- m) Proceder ao registro e controle dos serviços realizados;
- n) Emitir relatórios e prestar informações sobre as atividades desempenhadas, quando solicitado;
- o) Desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.4.3. Os(As) profissionais alocados(as) no serviço TIPO C terão as seguintes atribuições:

- a) Efetuar o monitoramento do circuito fechado de TV (CFTV);
- b) Manter a ordem no prédio da CMBH, em suas dependências e em seu anexo;
- c) Zelar pela segurança de pessoas, instalações, veículos, equipamentos e documentação existente;
- d) Efetuar a detenção de quem cometer delito ou perturbar a ordem e a segurança no prédio, nas dependências da CMBH e em seu anexo;
- e) Relatar ocorrências e delas fazer registro;
- f) Prestar primeiros socorros a pessoas no recinto da CMBH, em suas dependências e em seu anexo, enquanto se aguarda o atendimento médico;
- g) Controlar a entrada e a saída de mercadorias, materiais, bens patrimoniais e bens particulares do prédio da CMBH e de seu anexo;
- h) Orientar o público sobre medidas de segurança;
- i) Auxiliar no combate a princípios de incêndios, com o uso de hidrantes e de extintores;
- j) Efetuar rondas de inspeção para evitar roubos, furtos, incêndios ou quaisquer outros danos às pessoas, ao prédio e ao anexo;
- k) Proceder ao registro e controle dos serviços realizados;
- l) Emitir relatórios e prestar informações sobre as atividades desempenhadas;
- m) Desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.4.4. Os(As) profissionais alocados(as) no serviço TIPO D terão as seguintes atribuições:

- a) Controlar o acesso de pessoas ao plenário durante as reuniões legislativas;
- b) Controlar o acesso de pessoas à galeria do plenário;
- c) Controlar o acesso de pessoas a espaços restritos;
- d) Efetuar o monitoramento do circuito fechado de TV (CFTV);
- e) Manter a ordem no prédio da CMBH, em suas dependências e em seu anexo;
- f) Zelar pela segurança de pessoas, instalações, veículos, equipamentos e documentação existente;
- g) Efetuar rondas de inspeção para evitar roubos, furtos, incêndios ou quaisquer



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

outros danos às pessoas, ao prédio e ao anexo;

- h) Zelar pela ordem nos diversos eventos promovidos na sede da CMBH;
- i) Efetuar a detenção de quem cometer delito ou perturbar a ordem e a segurança no prédio, nas dependências da CMBH e em seu anexo;
- j) Relatar ocorrências e delas fazer registro;
- k) Controlar portarias de acesso ao prédio da CMBH e ao seu anexo;
- l) Prestar primeiros socorros a pessoas no recinto da CMBH, em suas dependências e em seu anexo, enquanto se aguarda o atendimento médico;
- m) Controlar a entrada e a saída de veículos no estacionamento privativo da CMBH;
- n) Controlar a entrada e a saída de mercadorias, materiais, bens patrimoniais e bens particulares do prédio da CMBH e de seu anexo;
- o) Orientar o público sobre medidas de segurança;
- p) Auxiliar no combate a princípios de incêndios, com o uso de hidrantes e de extintores;
- q) Proceder ao registro e controle dos serviços realizados;
- r) Emitir relatórios e prestar informações sobre as atividades desempenhadas, quando solicitado;
- s) Desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.4.5. Os(As) profissionais alocados(as) no serviço **TIPO E** terão as seguintes atribuições:

- a) Efetuar a segurança pessoal do(a) Presidente da CMBH;
- b) Acompanhar o(a) Presidente da CMBH a eventos oficiais externos;
- c) Orientar o(a) Presidente da CMBH sobre medidas de segurança;
- d) Apoiar a condução de veículos oficiais em situações de escolta ao(à) Presidente da CMBH;
- e) Relatar ocorrências e delas fazer registro;
- f) Proceder ao registro e controle dos serviços realizados;
- g) Emitir relatórios e prestar informações sobre as atividades desempenhadas, quando solicitado;
- h) Prestar primeiros socorros a pessoas no recinto da CMBH, em suas dependências e em seu anexo, enquanto se aguarda o atendimento médico;

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

i) Desempenhar atividades correlatas em apoio ao desenvolvimento dos trabalhos.

6.5. DA JORNADA DE TRABALHO

6.5.1. Os serviços deverão ser organizados de forma a respeitar as regras contidas na legislação pertinente e as emanadas de convenção, acordo ou dissídio coletivo das categorias.

6.5.2. Os serviços serão executados observando-se as seguintes jornadas individuais para cada profissional:

a) Profissionais do TIPO A: Vigilantes **desarmados(as)**, cumprindo uma carga horária semanal individual de 44 (quarenta e quatro) horas (220 horas mensais), a serem distribuídas em horário **diurno**;

b) Profissionais do TIPO B: Vigilantes **armados(as)**, organizados(as) em sistema de turno único e com compensação de jornada, na escala individual de 12 x 36 horas de horário **diurno**;

c) Profissionais do TIPO C: Vigilantes **armados(as)**, organizados(as) em sistema de turno único e com compensação de jornada, na escala individual de 12 x 36 horas de horário **noturno**;

d) Profissionais do TIPO D: Vigilantes **desarmados(as)**, cumprindo uma carga horária semanal individual de 44 (quarenta e quatro) horas (220 horas mensais) a serem distribuídas em horário **diurno**;

e) Profissionais do TIPO E: Vigilantes **armados(as)** com a função de segurança pessoal, a serem distribuídos(as) em sistema de turno único e com compensação de jornada, na escala individual de 12 x 36 horas de horário **diurno**, **E/OU** na carga horária semanal individual de 44 (quarenta e quatro) horas (220 horas mensais) de horário **diurno**, a critério da CMBH.

6.5.3. Os serviços deverão ser organizados de forma a respeitar as regras contidas na legislação pertinente e as emanadas de convenção, dissídio ou acordo coletivo da categoria, alterando-os sempre que houver modificações em quaisquer dessas regras.

6.5.4. O horário de trabalho de cada profissional será definido de acordo com os serviços a serem prestados para a CMBH, podendo ser alterado a qualquer tempo por necessidade desses serviços, observados a carga horária semanal/mensal e o descanso semanal remunerado.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.5.5. A CMBH concederá o intervalo para repouso/alimentação para todos(as) os(as) profissionais, o qual corresponderá a 1 (uma) hora, conforme previsto na convenção coletiva de trabalho da categoria e na legislação pertinente. Portanto, NÃO EXISTIRÁ a figura da remuneração do intervalo para repouso/alimentação com o acréscimo de 60% sobre o valor da hora normal de trabalho. A CONTRATADA não deverá, portanto, alocar outros(as) profissionais para a cobertura do intervalo intrajornada.

6.5.6. A prestação de serviços em horas noturnas fora das hipóteses previstas neste Termo de Referência e de horas extras somente poderá ser realizada com prévia e expressa autorização da Diretoria de Administração e Finanças (DIRAFI) da CMBH, não sendo a CONTRATADA ressarcida por esse tipo de trabalho na inexistência dessa autorização.

6.5.6.1. A realização de trabalho adicional para compensação no mês subsequente àquele em que se realizou esse trabalho adicional não poderá ser superior ao equivalente à jornada de dois dias de trabalho do(a) profissional.

6.5.6.2. Excepciona-se da regra estabelecida no subitem anterior as hipóteses prévia e expressamente autorizadas pela Diretoria de Administração e Finanças (DIRAFI) da CMBH.

6.5.7. Havendo trabalho adicional devidamente autorizado na forma do subitem 6.5.6, ou seja, caso um(a) profissional trabalhe além da carga horária definida nesse Termo de Referência, será a CONTRATADA ressarcida por essas horas adicionais como horas extras, nos termos da lei, ou poderá ser adotado, a critério exclusivo da CMBH, o sistema de compensação de jornada, no qual as horas adicionais serão compensadas com folgas ou com a redução da jornada em dias subsequentes, quando assim for permitido por acordo, convenção ou dissídio coletivo.

6.5.8. Além das hipóteses previstas neste Termo de Referência, excepcionalmente poderá haver trabalho aos sábados, domingos e feriados, compensando-se as horas trabalhadas nos termos do subitem 6.5.7.

6.5.9. O trabalho noturno devidamente autorizado neste Termo de Referência ou excepcionalmente autorizado na forma do subitem 6.5.6 terá o valor da hora noturna calculada na forma definida em lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo.

6.6. DO CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO, DOS AFASTAMENTOS LEGAIS, DA SUBSTITUIÇÃO DO PESSOAL, DAS DIÁRIAS E OUTRAS DISPOSIÇÕES

5/10/2017

P



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.6.1. O controle de frequência dos(as) profissionais deverá ser feito pela CONTRATADA, a critério da CMBH, por meio de cartão de ponto, folha de presença ou registro de ponto eletrônico, nas modalidades de biometria, senha ou cartão.

6.6.2. Os(As) profissionais da CONTRATADA deverão registrar no sistema indicado no subitem anterior, no mínimo, os horários de início e término de sua jornada de trabalho e, se for o caso, os intervalos intrajornada. Além disso, o mencionado sistema deverá permitir aferir o cumprimento da jornada de trabalho semanal e mensal de cada profissional.

6.6.3. A instalação do sistema de controle de frequência não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo acompanhamento e pelo controle dos(as) profissionais alocados(as) na prestação dos serviços.

6.6.4. O fornecimento, a instalação e a manutenção de equipamentos e sistemas de controle de ponto, caso seja o sistema adotado, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, que os alocarão em local indicado pela CMBH, no prazo de até 1 (um) dia útil antes do início de vigência do contrato. Deverão ser instalados na CMBH pelo menos 3 (três) equipamentos para registro e controle de ponto. **O ônus decorrente da disponibilização desses equipamentos e sistemas já deverá estar incluído no valor da proposta comercial da CONTRATADA.**

6.6.5. Quaisquer ônus adicionais decorrentes de equipamentos e sistemas de controle de ponto não poderão ser repassados para a CMBH, sendo a CONTRATADA a única responsável pelos gastos decorrentes de tais equipamentos/sistemas.

6.6.6. O período de apuração de presença dos(as) profissionais corresponderá aos serviços executados entre o primeiro e o último dia de cada mês.

6.6.6.1. Tendo em vista o período de apuração mensal acima definido, os acertos de ocorrências diversas, tais como horas extras, faltas, atrasos e adicional noturno, serão realizados na fatura referente ao mês em que ocorrerem.

6.6.7. Os serviços não poderão sofrer interrupções, devendo a CONTRATADA, sempre que solicitado pela CMBH, providenciar a imediata substituição do(a) profissional cuja conduta seja considerada, a exclusivo critério da CMBH, inconveniente ou cujo desempenho for julgado insatisfatório para o cumprimento dos objetivos do contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.6.8. EM CASO DE FALTA, AUSÊNCIA LEGAL, FÉRIAS OU QUALQUER EVENTUALIDADE, DEVERÁ A CONTRATADA PROVIDENCIAR, EXCLUSIVAMENTE ÀS SUAS EXPENSAS, A IMEDIATA COBERTURA DO POSTO OCUPADO PELO(A) PROFISSIONAL, SEM QUAISQUER ÔNUS ADICIONAIS PARA A CMBH. A CMBH NÃO EFETUARÁ PAGAMENTO PELO PERÍODO EM QUE O POSTO FICOU DESCOBERTO, DE MODO QUE SERÃO PAGAS APENAS AS HORAS EFETIVAMENTE TRABALHADAS.

6.6.9. Não será aceita pela CMBH a substituição de qualquer profissional por outro(a) com qualificação e experiência inferior e diferente daquelas especificadas neste Termo de Referência, devendo essa comprovação ser apresentada ao(à) gestor(a) do contrato.

6.6.10. No caso de substituições de profissionais, caberá à CONTRATADA orientar e acompanhar os(as) novos(as) profissionais para o desempenho das atividades descritas neste Termo de Referência.

6.6.11. Os (as) profissionais a serem alocados(as) deverão ser submetidos(as) à prévia aprovação por parte da CMBH, inclusive no caso de eventuais substituições feitas por iniciativa da CONTRATADA ou a pedido da CMBH.

6.6.12. Em caso de viagem para fora da região metropolitana de Belo Horizonte, a ser realizada por decisão da CMBH, a CONTRATADA pagará aos (às) profissionais "diária" nas mesmas condições e no mesmo valor pago pela CMBH aos(às) seus(uas) servidores(as). A CMBH comunicará à CONTRATADA o nome de quem viajará e o valor da diária a ser creditado, devendo a CONTRATADA providenciar o crédito do valor que lhe foi comunicado na conta do (a) profissional respectivo (a) dentro das 24 (vinte e quatro) horas seguintes. As despesas com transporte interurbano e hospedagem, por sua vez, ficarão a cargo direto da CMBH.

6.6.13. As diárias a serem pagas pela CONTRATADA, nos termos do subitem 6.6.12, serão reembolsadas pela CMBH e deverão ser incluídas pela CONTRATADA na nota fiscal do mês subsequente ao de seu pagamento a seus(uas) profissionais.

6.6.14. O valor relativo à "diária" indicada no modelo de proposta comercial é meramente estimativo, sendo que o valor a ser pago pela CMBH corresponderá ao valor determinado por esta, conforme disposto no subitem 6.6.13.

6.6.15. Os(As) profissionais deverão trabalhar **uniformizados(as) e com crachás**

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten mark in blue ink.

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

de identificação. Os(As) profissionais dos **TIPOS D e E** deverão trabalhar com terno, em modelo autorizado pela Polícia Federal para a CONTRATADA. Os(As) profissionais restantes deverão utilizar o **uniforme padrão** também autorizado pela Polícia Federal para a CONTRATADA, salvo a exceção estipulada no subitem 6.6.15.1. Os uniformes e crachás serão fornecidos pela CONTRATADA, às suas expensas.

6.6.15.1. Excepcionalmente até dois profissionais dos TIPOS A e B poderão, a critério da CMBH, ser designados para trabalhar com terno, em modelo autorizado pela Polícia Federal para a CONTRATADA.

6.6.15.2. A CMBH informará a CONTRATADA os profissionais do tipo A e B que poderão ser designados para trabalhar com uniformes do tipo terno na forma do subitem 6.6.15.1.

6.6.16. No início da prestação dos serviços deverá a CONTRATADA fornecer, no mínimo, 2 (dois) conjuntos de uniforme para cada profissional, trocando-os **semestralmente** por iniciativa própria ou a qualquer tempo mediante solicitação da CMBH, quando não estiverem mais em bom estado de conservação.

6.6.17. Os(As) profissionais a serem disponibilizados(as) pela CONTRATADA para a prestação dos serviços deverão se apresentar para o trabalho na CMBH de maneira asseada, com adequada condição de higiene e com o uniforme sempre limpo, completo e em boas condições de uso.

6.6.18. A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de higienização dos uniformes se houver necessidade de procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para a higienização das vestimentas de uso comum, nos termos do parágrafo único do art. 456-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

6.7. DA PROPOSTA COMERCIAL E DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

6.7.1. A licitante deverá observar em sua proposta comercial os salários definidos no modelo de proposta elaborado pela CMBH, quais sejam:

a) Para o profissional do TIPO A: salário individual de: **R\$ 2.340,25**, cumprindo uma carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais (220 horas mensais), em horário **diurno**.

b) Para o profissional do TIPO B: salário individual de: **R\$ 2.340,25**, cumprindo uma carga horária de escala 12 x 36 horas, em horário **diurno**.

c) Para o profissional do TIPO C: salário individual de: **R\$ 2.340,25**, cumprindo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

uma carga horária de escala 12 x 36 horas, em horário **noturno**.

d) Para o profissional do TIPO D: salário individual de: **R\$ 2.527,47**, cumprindo uma carga horária semanal de 44 (quarenta e quatro) horas (220 horas mensais), em horário **diurno**.

e) Para o profissional do TIPO E: salário individual de: **R\$ 3.039,49**, cumprindo uma carga horária de escala 12 x 36 horas E/OU 44 (quarenta e quatro) horas semanais (220 horas mensais), em horário **diurno**.

6.7.2. A proposta comercial deverá ser preenchida obedecendo às normas constantes em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho. Em caso de divergência entre os salários constantes no modelo de proposta comercial e os pisos salariais fixados nos institutos acima referidos, prevalecerá o que for maior, levando-se em consideração o valor proporcional à hora trabalhada. No que diz respeito à carga horária, em caso de divergência, prevalecerá a que constar neste Termo de Referência, salvo exigência legal para carga horária inferior.

6.7.3. Os salários definidos possuem como referência o exercício de 2021 e poderão ser repactuados posteriormente, mediante solicitação da CONTRATADA, em razão de realização de acordo, convenção ou dissídio coletivo que vigorarem a partir do início da vigência do contrato, com base nos mesmos percentuais previstos no acordo, convenção ou dissídio que subsidiar a repactuação.

6.7.4. Os(as) profissionais deverão ser enquadrados(as) no Sindicato que lhes for legalmente pertinente. A definição quanto ao enquadramento no Sindicato deverá ser considerada pela própria licitante no momento do preenchimento de sua proposta comercial. Assim, não compete à CMBH, portanto, a definição de enquadramento sindical dos(as) profissionais a serem disponibilizados(as) pela CONTRATADA.

6.7.5. Para todos os fins, especificamente o disposto no subitem 6.7.3, será aceito como válido acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho devidamente assinado pelas partes, uma vez que sua validade e eficácia independem de registro junto aos órgãos competentes.

6.7.6. Os(as) profissionais disponibilizados(as) pela CONTRATADA para a prestação dos serviços não terão qualquer vínculo contratual ou empregatício com a CMBH. O vínculo de emprego e, portanto, a subordinação jurídica, dar-se-á diretamente com a CONTRATADA, sendo de sua exclusiva responsabilidade o pagamento de todos os encargos previdenciários, sociais, trabalhistas, tributários e fiscais, bem como o cumprimento das normas decorrentes de acordo, dissídio ou convenção coletiva das categorias, das regras definidas pela CLT (Consolidação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

das Leis do Trabalho) e de todos os demais dispositivos legais pertinentes.

6.7.7. Eventual omissão ou erro na apropriação de encargos sociais, tributários ou contratuais não desobriga a CONTRATADA de recolhê-los/pagá-los na forma e prazos definidos em lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo, não podendo tal ônus ser posteriormente repassado à CMBH.

6.7.8. Os valores já indicados pela CMBH no modelo para apresentação da proposta comercial não deverão ser alterados pela licitante.

6.7.9. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, às suas expensas, vale-transporte aos(às) profissionais alocados(as), de acordo com a necessidade de cada um para se locomover, na ida e na volta, entre sua residência e a CMBH, devendo o fornecimento ser realizado de forma integral e antecipada até o primeiro dia útil de cada mês de prestação dos serviços.

6.7.10. A CONTRATADA deverá fornecer, mensalmente, aos(às) profissionais alocados na CMBH, vale-transporte, plano de assistência médica, plano odontológico, cesta básica, tíquete refeição e seguro de vida em grupo, observando as condições e/ou valores definidos na convenção coletiva da categoria para os respectivos pagamentos.

6.7.11. Os valores relativos a vale-transporte, plano de assistência médica, plano odontológico, cesta básica, tíquete refeição e seguro de vida em grupo indicados no modelo de proposta comercial são meramente estimativos e não deverão ser alterados pelas licitantes em suas propostas comerciais. Os valores a serem pagos pela CMBH à CONTRATADA, na forma de ressarcimento, corresponderão aos valores efetivamente gastos por esta última, nos termos definidos em convenção coletiva vigente.

6.7.12. O atraso no pagamento de fatura por parte da CMBH, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento aos(às) profissionais nas datas regulamentares.

6.8. DO FATURAMENTO MENSAL

6.8.1. O valor a ser pago a cada mês pela prestação dos serviços corresponderá à soma dos valores referentes a:

- a) mão de obra;
- b) encargos sociais e encargos tributários;
- c) vale-transporte;
- d) cesta básica,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

- e) tíquete refeição;
- f) plano de assistência médica;
- g) plano odontológico;
- h) seguro de vida em grupo;
- i) administração;
- j) diárias, quando for o caso; e
- k) encargos contratuais.

6.8.2. O valor relativo à “**mão de obra**” será apurado pelo efetivo comparecimento do pessoal alocado aos serviços, descontando-se as faltas e os atrasos, porventura ocorridos e para o qual não tiver havido cobertura, acrescentando-se os valores relativos às horas extraordinárias e ao adicional noturno, previamente autorizados conforme estipulado anteriormente neste Termo de Referência, quando for o caso.

6.8.3. Os valores relativos aos “**encargos sociais**” e aos “**encargos tributários**” corresponderão à aplicação dos percentuais indicados pela CONTRATADA em sua proposta comercial, incidentes exclusivamente sobre as bases de cálculo definidas pela CMBH no Modelo de Proposta Comercial.

6.8.4. O valor relativo ao “**vale-transporte**” corresponderá ao que foi de fato utilizado, com base na quantidade efetiva de dias trabalhados pelos (as) profissionais no mês de referência, descontada a parcela de responsabilidade destes(as).

6.8.5. Os valores relativos a “**cesta básica, tíquete refeição, plano de assistência médica**”, “**plano odontológico**” e “**seguro de vida em grupo**”, salvo previsão diversa em acordo, convenção ou dissídio da categoria, corresponderão aos valores efetivamente gastos no mês pela CONTRATADA, com base na quantidade efetiva de dias trabalhados pelos (as) profissionais no mês de referência, descontada, se for o caso, a parcela de responsabilidade destes (as), quando o dissídio, a convenção, o acordo ou a lei determinar a obrigatoriedade de sua coparticipação para este tipo de benefício.

6.8.6. O valor relativo à “**administração**” corresponderá a um valor unitário multiplicado pelo número de profissionais alocados (as) aos serviços e se destina a remunerar a CONTRATADA em seu lucro.

6.8.7. O valor relativo a “**diárias**” corresponderá ao valor determinado pela CMBH conforme previsto nos subitens 6.6.12 a 6.6.14 deste Termo de Referência.

6.8.8. O valor relativo aos “**encargos contratuais**” corresponderá a um valor



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

unitário multiplicado pelo número de profissionais alocados (as) ao serviço. Este valor destina-se à cobertura de toda e qualquer despesa necessária à completa e perfeita execução contratual e que não esteja especificada neste Termo de Referência como componente das outras frações do preço, como, por exemplo, e quando for o caso, as despesas de supervisão e de fiscalização do serviço, preposto(a), marketing, alocação de profissionais para substituições em razão de férias ou outros afastamentos legais treinamento e reciclagem do pessoal, fornecimento de uniformes e coletes à prova de balas, de armamento e munição para os profissionais dos tipos B, C e E, higienização de uniformes, e quaisquer outras despesas adicionais decorrentes do contrato e não individualizadas na proposta comercial.

6.8.9. No valor dos "encargos contratuais" deverão ser consideradas, também, todas as despesas referentes a **benefícios não previstas neste Termo de Referência e que a CONTRATADA conceder a seus (suas) profissionais, por iniciativa própria ou em decorrência de lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo vigentes na data da apresentação da proposta comercial e eventual diferença para o adimplemento das obrigações sociais ou tributárias não consideradas ou considerada apenas parcialmente.**

6.8.10. A CMBH realizará, mensalmente, o provisionamento de valores para o pagamento de 13º (décimo terceiro) salário, férias e 1/3 (um terço) constitucional de férias, multa sobre o FGTS, contribuição social para as rescisões sem justa causa, encargos sobre férias e 13º salário dos (as) empregados (as) da CONTRATADA alocados (as) na CMBH, que serão destacados do valor mensal da prestação dos serviços e depositados em conta corrente vinculada específica, conforme cláusula 2 das Disposições Específicas para os Contratos de Alocação de Mão de Obra (ANEXO PADRÃO III).

6.8.11. As condições para pagamento estão detalhadamente descritas na cláusula 1 do ANEXO PADRÃO III.

6.8.12. As regras adicionais referentes aos reajustes encontram-se estabelecidas na cláusula 3 do ANEXO PADRÃO III.

6.9. DAS NORMAS GERAIS DE CONDUTA E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

6.9.1. A CONTRATADA e os (as) profissionais indicados (as) por ela deverão se submeter aos regulamentos e condições fixados pela CMBH quanto à disciplina, comportamento, discrição e urbanidade nos serviços, sujeitando-se às regras do sigilo em relação a assuntos de que tomem conhecimento em decorrência da execução dos serviços, mesmo depois de terminada a vigência contratual,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

devendo cumprir, ainda, todas as normas gerais a seguir relacionadas:

- a) Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) profissional ou quando autorizado pelo(a) responsável;
- b) Apresentar-se devidamente identificado(a) por crachá com fotografia recente (último ano);
- c) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências da CMBH;
- d) Comunicar à autoridade competente qualquer irregularidade verificada;
- e) Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público;
- f) Cumprir as normas internas da CMBH;
- g) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado(a);
- h) Zelar pela preservação do patrimônio da CMBH sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário;
- i) Operar, sempre que necessário e de forma adequada, equipamentos e sistemas informatizados disponíveis para a execução dos serviços;
- j) Conhecer as atribuições do posto que ocupa, assim como a perfeita utilização de equipamentos colocados à sua disposição;
- k) Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho dos trabalhos;
- l) Receber/repassar o serviço, ao assumir/deixar o posto, relatando todas as situações encontradas, bem como as ordens e orientações recebidas;
- m) Manter atualizada a documentação utilizada no posto;
- n) Buscar orientação com seu superior, em caso de dificuldades no desempenho das atividades, repassando-lhe o problema;
- o) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais;
- p) Levar ao conhecimento do(a) superior(a), imediatamente, qualquer informação considerada importante;
- q) Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente ao(à) seu(ua) superior(a), lavrando posteriormente a ocorrência por escrito;
- r) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

comprometimento de suas atividades e interrupções desnecessárias no desenvolvimento do serviço;

- s) Não utilizar o celular para fins alheios à execução do serviço durante o horário de trabalho;
- t) Não abordar autoridades ou servidores(as) para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização da CMBH;
- u) Não fumar em nenhum ambiente interno do edifício principal da CMBH e do prédio anexo;

6.10. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

6.10.1. Além das obrigações constantes no contrato e nas demais cláusulas deste Termo de Referência, deverá a CONTRATADA:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades a terceiros;
- c) Responder todos os e-mails enviados pela CMBH, os quais serão considerados meio de comunicação oficial entre as partes para relatar fatos, solicitar tarefas e efetuar demais comunicados, **inclusive para fins de notificação de infrações contratuais**;
- d) Disponibilizar número de telefone móvel que permita contato imediato entre a CMBH e o(a) preposto(a) da CONTRATADA;
- e) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
- f) Autorizar, no momento da assinatura do contrato, a CMBH a reter, a qualquer tempo, a garantia na forma prevista no item 10 deste Termo de Referência;
- g) Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência sem a prévia autorização da CMBH;
- h) Utilizar formulários próprios no controle de seus(uas) profissionais, sendo vedado o uso, para esse fim, de formulários ou de qualquer outro documento com o timbre da CMBH;
- i) Consultar o(a) gestor(a) do contrato sempre que houver necessidade de esclarecimentos, submetendo, em tempo hábil, quaisquer problemas que possam



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

implicar alterações quanto à execução do trabalho;

j) Realizar, por meio de sua área de pessoal, eventuais entrevistas de pessoas que pleiteiam alguma das vagas ofertadas, selecionando e preparando rigorosamente os(as) profissionais que irão prestar os serviços na CMBH;

k) Recrutar, selecionar e encaminhar à CMBH, no início da prestação dos serviços, os(as) profissionais necessários(as) à realização dos trabalhos, de acordo com o quantitativo estimado e com a qualificação mínima definida anteriormente neste Termo de Referência;

l) Realizar, às suas expensas, na forma da legislação aplicável, tanto no processo de admissão, quanto ao longo da vigência do contrato de trabalho de seus(uas) profissionais, os exames de saúde e preventivo exigidos, apresentando os respectivos comprovantes sempre que solicitado pela CMBH;

m) Responsabilizar-se pela realização dos exames admissionais e periódicos anuais de seus (uas) profissionais;

n) Cumprir todas as Normas Regulamentadoras aprovadas pelos órgãos competentes nas questões trabalhistas e que lhes são aplicáveis, além de demais orientações relativas à saúde e segurança do trabalho, providenciando, inclusive, todas as certidões que se fizerem necessárias;

o) Fornecer quaisquer documentações que poderão ser, eventualmente, solicitadas pela CMBH;

p) Manter a relação de profissionais atualizada e informar formalmente à SECPDA sempre que houver qualquer alteração do quadro, inclusive quanto à alteração de local de prestação de serviços na CMBH por parte do(a) profissional;

q) Orientar os(as) profissionais para que sempre se comportem de forma cordial e se apresentem dentro dos padrões de apresentação e higiene compatíveis com o local de prestação dos serviços, isto é, com roupas limpas e sem rasgos;

r) Manter seus(uas) profissionais sempre atualizados(as), por meio da promoção de treinamentos e reciclagens, cursos de relações interpessoais e segurança no trabalho e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a CMBH entender conveniente;

s) Comunicar ao(à) gestor(a) do contrato todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços;

t) Responder por quaisquer prejuízos que seus(uas) profissionais ou prepostos(as) comprovadamente causem ao patrimônio da CMBH ou a terceiros durante a permanência no local de serviço, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

- u) Responsabilizar-se por tomar todas as providências e cumprir todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie forem vítimas seus(uas) profissionais durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência da CMBH;
- v) Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos(as) seus(uas) profissionais, acidentados(as) ou com mal súbito;
- w) Apresentar relatórios mensais de frequência, abatendo faltas e atrasos por ocasião da elaboração da fatura;
- x) Não vincular o pagamento dos salários e demais vantagens de seus(uas) profissionais aos pagamentos das faturas pela CMBH;
- y) Não se beneficiar da condição de Optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º do art. 18 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- z) Sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CMBH, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas;
- aa) Identificar todos os equipamentos de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da CMBH;
- bb) Providenciar, para todos(as) os(as) profissionais alocados(as) na CMBH, **seguro de vida em grupo** nas condições definidas na convenção coletiva vigente da categoria;
- cc) Não repassar aos profissionais custos e despesas que por lei ou contrato devam ser arcadas pela CONTRATADA.

6.11. DA DOCUMENTAÇÃO A SER ENVIADA PARA SECPDA

6.11.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à SECPDA a relação de todos os(as) profissionais alocados(as) e devidamente registrados(as), contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, número da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicações dos(as) responsáveis técnicos(as) pela execução dos serviços, quando for o caso, preenchendo ficha em formulário modelo fornecido pela SECPDA.

6.11.2. Após esse período, a CONTRATADA deverá manter mensalmente a relação de trabalhadores atualizada.

6.11.3. A CONTRATADA deverá comunicar toda e qualquer alteração que venha a ocorrer no quadro de pessoal durante a execução dos serviços, tais como demissões e admissões. Assim, o documento mencionado no subitem 6.11.1

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS**

deverá ser apresentado para cada novo(a) profissional que se vincule à prestação dos serviços. De igual modo, o desligamento de profissionais no decorrer da prestação dos serviços deverá ser devidamente comunicado, com toda a documentação pertinente ao(à) profissional dispensado(a), à semelhança do que se exige no subitem 6.11.7.

6.11.4. A CONTRATADA deverá encaminhar ao(à) gestor(a) do contrato e à SECPDA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, a relação dos(as) profissionais que fruirão férias, assim como informar os dados daqueles(as) que irão substituí-los(as), e encaminhar ao(à) gestor(a) a os documentos que comprovem a qualificação técnica dos(as) substitutos(as) exigida neste Termo de Referência.

6.11.5. A CONTRATADA deverá fornecer à SECPDA, assim que comunicada da ocorrência, as relações nominais de licenças, faltas, férias e demais ocorrências, além da escala com os (as) respectivos (as) substitutos (as) para os (as) profissionais ausentes;

6.11.6. O número de profissionais por função não pode ser superior ao previsto neste Termo de Referência, não sendo devido qualquer valor pela CMBH em relação aos (às) profissionais excedentes.

6.11.7. Quando da extinção ou rescisão do contrato, após a prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar à SECPDA, os seguintes documentos:

- a) Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos(as) profissionais prestadores(as) de serviço, cumpridos os requisitos legais cabíveis, e respectivos comprovantes de pagamento;
- b) Guia de recolhimento rescisório do FGTS e respectivo comprovante de pagamento;
- c) Demonstrativo do(a) trabalhador(a) de recolhimento do FGTS rescisório;
- d) Lista nominal dos(as) profissionais que a CONTRATADA manterá em seu quadro de pessoal após o término do contrato, quando for o caso.

6.12. DO ARMAMENTO

6.12.1 Caberá à CONTRATADA, sem quaisquer ônus adicionais para a CMBH, a responsabilidade pela disponibilização de armamento e munição necessários ao trabalho de cada profissional dos **TIPOS B, C e E.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

6.12.2. A CONTRATADA deverá, ainda, garantir a manutenção e a substituição de armamento ou munição porventura danificados.

6.12.3. A CONTRATADA deverá providenciar a substituição do armamento ou munição no prazo máximo de 6 horas, em caso de defeito, manutenção ou qualquer outra condição que impeça o seu adequado funcionamento e utilização.

6.12.4. Os(as) profissionais do **TIPO B** deverão estar equipados com revólver calibre 38 quando designados no final de semana, feriado, pontos facultativos ou quaisquer outras situações em que não houver expediente normal na CMBH.

6.12.5. Os(as) profissionais do **TIPO C** deverão estar equipados durante toda a prestação dos serviços com revólver calibre 38.

6.12.6. Os(as) profissionais dos **TIPOS E** deverão estar equipados, durante toda a prestação dos serviços, com pistola semi-automática.

6.12.7. A cada três meses, no mínimo, deverá a CONTRATADA enviar à CMBH um técnico de manutenção em armamento, o qual fará a manutenção necessária nas armas a serem disponibilizadas pela CONTRATADA.

6.12.8. Compete à CONTRATADA todas as medidas legais e administrativas necessárias à regularização dos equipamentos fornecidos e ao treinamento dos(as) profissionais que farão uso dos mesmos.

7 - POSSIBILIDADE DE SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Será permitida a subcontratação, nos termos da Lei nº 8.666/1993? Não.

7.2. Será permitida a subcontratação, nos termos do art. 48, inciso II da Lei Complementar nº 123/2006? Não.

8 - LOCAL E HORÁRIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

8.1. Para os(as) profissionais dos **TIPOS A, B, C e D**, os serviços serão prestados nas dependências do edifício-sede e do prédio anexo da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais.

8.2. Excepcionalmente, os(as) profissionais dos **TIPOS A, B, C e D** poderão ser designados(as) para trabalharem em atividades externas à sede da CMBH, relacionadas às suas áreas de atuação, em suporte a solenidades ou eventos promovidos pela CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

8.3. Para os(as) profissionais dos TIPO E (segurança pessoal), poderá haver o deslocamento externo para acompanhamento do (da) Presidente da CMBH em atividades externas.

9 - REGIME DE EXECUÇÃO

9.1. O regime de execução do serviço será o seguinte: empreitada por preço global.

10 - PRAZO PARA INÍCIO E CONCLUSÃO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

10.1. Início da prestação do serviço no seguinte prazo, a contar da emissão da Ordem de Compra: Em até 10 dias corridos para o início em 01/10/2021.

10.2. Conclusão do serviço: até o término da vigência contratual.

11 - GARANTIA CONTRATUAL (refere-se à garantia do adimplemento e do fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, nos termos do art. 56 da Lei 8.666/1993)

11.1. Exigência de garantia contratual? Sim.

11.2. Percentual da garantia e justificativa:

11.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CMBH, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de início de vigência do contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

11.2.2. Para fins do disposto no subitem 11.1, entende-se por "valor global contratado" o valor total mensal do contrato multiplicado pelo número de meses de duração do contrato.

11.2.3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de prejuízos advindos do não cumprimento do contrato.

11.2.4. O percentual escolhido se justifica por se tratar de contratação de mão de obra para execução de serviço contínuo e essencial às atividades rotineiras da CMBH, nos quais pode haver a responsabilidade subsidiária do ente público em relação às obrigações trabalhistas da CONTRATADA.

11.2.5. Desta forma, com o objetivo de assegurar eventual risco a que a CMBH



TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

estaria submetida, exige-se a presente garantia de 5% (cinco por cento) do valor global contratado, em atenção ao que prevê o art. 56 da Lei Federal nº 8.666/1993.

12 - DOCUMENTOS ADICIONAIS DE HABILITAÇÃO

- () Nenhum
- (X) Atestado de Capacidade Técnica**
- () Declaração de Disponibilidade de Pessoal
- () Declaração de Disponibilidade de Equipamentos
- () Registro de Profissional
- () Registro de Empresa
- (X) Certidão de Falência/Recuperação Judicial**
- (X) Análise de Índices Financeiros**
- (X) Outro: Declaração de Disponibilidade Futura de Escritório no Local da Prestação dos Serviços**
- (X) Outro: Autorização ou revisão de autorização para funcionamento concedida pela Polícia Federal**

Justificativa(s) e condições para o(s) documento(s) exigido(s):

12.1. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA:

12.1.1. Aos interessados em participar da licitação cabe, dentre outras exigências, o ônus de demonstrar sua qualificação técnica através da apresentação de **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA** que demonstre a alocação **SIMULTÂNEA** de, no mínimo, 30 (trinta) vigilantes patrimoniais e 4 (quatro) seguranças pessoais, pelo período mínimo de 2 (dois) anos contínuos, como comprovação das condições práticas e reais de execução do contrato, sendo admitido o somatório de atestados para se atingir o quantitativo mínimo de profissionais aqui exigido.

12.1.2. A exigência de número mínimo de profissionais no atestado ou conjunto de atestados de capacidade técnica tem por fito obrigar a licitante a demonstrar sua capacidade de gerir um determinado número de profissionais, constituindo resguardo ao interesse público. Conforme parâmetros estabelecidos neste Termo de Referência, as exigências do atestado encontram-se em patamares inferiores aos do objeto licitado, não sendo um elemento restritivo à participação das empresas interessadas no certame, ainda mais levando em consideração que será aceito o somatório de atestados para se atingir o número mínimo de profissionais



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

exigidos.

12.2. CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CERTIDÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E ANÁLISE DOS ÍNDICES FINANCEIROS:

12.2.1. A certidão negativa de falência/certidão de recuperação judicial e a análise de índices financeiros deverão ser feitas no padrão já adotado pela CMBH para licitações com este tipo de objeto, não constituindo, portanto, uma exigência excessiva e que possa comprometer a participação das empresas no processo licitatório. Tendo em vista a complexidade do objeto e a quantidade de profissionais a serem alocados(as) na CMBH, a boa saúde financeira da licitante vencedora é requisito a ser comprovado, a fim de evidenciar sua aptidão para a prestação dos serviços e cumprimento das obrigações.

12.2.2. Sobre o tema, o Tribunal de Contas da União exige a análise de riscos a fim de excluir da licitação empresas sem a qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto, levando a contratação de empresa incapaz de executar a avença, com conseqüente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela CONTRATADA, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato.

12.2.3. A exigência de certidão de falência/recuperação judicial e a análise dos índices são, portanto, justificadas pelo tipo de objeto e pela responsabilidade que a CMBH e o Município podem ter em caso de falência da empresa ou desta não honrar seus compromissos, sendo ainda indicadas como necessárias para os contratos em que há alocação de mão de obra.

12.2.4. De fato, a forma como o contrato está estruturado exige que a empresa demonstre liquidez financeira e saúde econômica suficiente para suportar os ônus contratuais, especialmente o pagamento dos encargos trabalhistas e tributários, anteriormente à liquidação do contrato e respectivo pagamento das obrigações legais. Tratam-se, desta forma, de obrigações cujo adimplemento, com prazos legalmente determinados e multas elevadas, não podem depender do pagamento pela CMBH, que possui condições de pagamento contratuais e legais diferenciadas daquelas.

12.3. DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FUTURA PARA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.3.1. A licitante deverá declarar que possui ou instalará escritório na CIDADE DE BELO HORIZONTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência do contrato.

12.3.2. Considera-se necessário a CONTRATADA possuir escritório no local da prestação dos serviços por se tratar de contratação de serviço continuado e que, portanto, necessita de fiscalização mais próxima por parte da empresa. Ademais, a CONTRATADA necessita de local apropriado para promover a seleção e o

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

treinamento de profissionais para alocação na CMBH. Essa exigência se faz necessária tendo em vista que, com o advento do pregão eletrônico, empresas de diversos estados vencem a licitação, assinam contrato e não têm montada, de forma espontânea, estrutura administrativa próxima ao local de gestão do contrato e de seus(uas) empregados(as). Com isso, a Administração e os(as) empregados(as) têm dificuldade em manter contatos com os(as) administradores(as) da empresa e estes(as) têm dificuldade em acompanhar e fiscalizar o serviço desempenhado por seus(uas) empregados(as).

12.3.3. A exigência de que o escritório seja na cidade de prestação dos serviços, no caso, Belo Horizonte, decorre da necessidade de garantir a locomoção dos(as) profissionais até a sede da empresa. No caso, a localização no Município em si já é essa garantia dada a integração dos meios de transporte na Capital. Em relação a outras cidades integrantes da Região Metropolitana, os custos e o tempo de deslocamento para atendimento e seleção de pessoal demonstram sua inadequação para atendimento das necessidades administrativas.

12.3.4. A exigência de instalação de escritório no local da prestação dos serviços encontra respaldo na IN 5/2017 e no Acórdão 1214/2013 do TCU. O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao julgar a Denúncia n. 1077174, Rel. Cons. Substituto Hamilton Coelho, em 23.06.2020, também se manifestou quanto à legalidade da medida.

12.4. CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA EMITIDO PELA POLÍCIA FEDERAL

12.4.1. Uma vez que a Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2012 exige que os serviços de segurança privada objeto deste Termo de Referência sejam executados exclusivamente por empresas previamente autorizadas pela Polícia Federal, a CMBH não pode deixar de exigir documento que comprove a regularidade da licitante perante o órgão de controle.

12.4.2 - A normatização exige ainda que além de autorizada, a empresa esteja em dia com suas obrigações. De forma a evitar que a CMBH seja responsabilizada, por contribuir, de qualquer modo, para a prática de infrações penais possivelmente praticadas pelo contratado irregular, o documento indicado não pode ser dispensado, por exigir não apenas a demonstração que a licitante possui autorização, mas que também está regular com suas obrigações.

12.2.3. A habilitação da licitante em relação ao documento previsto nesse item será verificada pela a CPL de ofício mediante emissão de Declaração de Situação e Regularidade de Empresa no sítio eletrônico da Polícia Federal, em que constate-se que a empresa está com situação ATIVA e com alvará de funcionamento válido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

13 - GESTORA / GESTOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. A Gestora/O Gestor será a titular/o titular do seguinte setor: DIVGES

14 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

Designar Fiscal para esta contratação: Chefe da Divisão de Gestão de Segurança - DIVGES

14.1. Ao(à) fiscal compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.

14.2. A referida fiscalização será de responsabilidade do(a) titular da DIVGES.

14.3. O recebimento dos serviços prestados somente se efetivará após a liquidação pela DIVGES, a quem compete também analisar o atendimento às exigências estabelecidas neste Termo de Referência e a declaração de que foram cumpridas todas as obrigações contratualmente previstas.

14.3.1. Para análise exclusivamente do cumprimento das obrigações trabalhistas e tributárias pela CONTRATADA, a SECPDA instruirá o processo e analisará a documentação por ela enviada e encaminhará ao(à) gestor(a) relatório quanto ao cumprimento dessas obrigações, nos termos do subitem 17.1.

14.4. Deverão ser assegurados à CMBH amplos poderes para fiscalizar e acompanhar os serviços contratados, bem como o direito de obter quaisquer esclarecimentos julgados necessários, devendo a CONTRATADA e seus(suas) profissionais fornecerem relatórios ou informações que se fizerem necessários, quando assim lhes forem solicitados.

14.5. A ação fiscalizadora da CMBH não fará cessar e nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas no contrato ou por irregularidades constatadas, nem por quaisquer danos causados, inclusive a terceiros.

14.6. A fiscalização periódica não afasta a possibilidade da CMBH solicitar, a qualquer tempo, correções de procedimentos objetivando o cumprimento integral do contrato.

14.7. Caberá à CONTRATADA atender prontamente a quaisquer exigências da



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a CMBH.

14.8. O descumprimento por parte da CONTRATADA ou de qualquer profissional por ela alocado(a) para a execução dos trabalhos a qualquer regra decorrente dos serviços contratados, bem como a sua execução de forma insatisfatória, implicará a aplicação das penalidades previstas em contrato e em lei.

14.9. É direito dos(as) responsáveis pela fiscalização rejeitar quaisquer serviços quando entenderem que a sua execução está fora dos padrões técnicos e de qualidade definidos neste Termo de Referência.

14.10. Os esclarecimentos solicitados pelo(a) gestor(a) do contrato formalmente à CONTRATADA deverão ser respondidos em, no máximo, 24 (vinte e quatro) horas.

14.11. Caso os esclarecimentos demandados impliquem indagações de caráter técnico, ou qualquer outra hipótese de exceção, deverá ser encaminhada justificativa formal ao(à) fiscal do contrato, dentro do prazo supracitado, para que este, caso entenda necessário, informe novo prazo de atuação da CONTRATADA.

15 – VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

15.1. Início da vigência: A partir da assinatura do contrato/emissão da nota de empenho, no seguinte exercício: **2021**

15.2. Duração da vigência: Nº de meses: **30 meses**

Como os serviços contratados envolvem a disponibilização de mão de obra exclusiva, a previsão de duração de 30 meses permite melhor planejamento e gozo dos direitos trabalhistas dos profissionais, especialmente, as férias. A extensão de 30 meses permite ainda redução dos custos de controle e gerenciamento e a diluição dos custos com equipamentos por período maior de forma também a reduzir os custos gerais para a CMBH.

16 - POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

16.1. Nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993, a presente contratação: Poderá ser prorrogada, por até 60 meses, por tratar-se de serviço de natureza contínua.

17 - CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

17.1. As condições de pagamento são as previstas nos modelos de Minuta de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

Contrato/Contratação por Nota de Empenho disponíveis no Portal da CMBH?
Sim.

17.1.1. A planilha de faturamento será elaborada em conjunto pela CONTRATADA e pela SECPDA, conforme apuração de horas e dias trabalhados no mês de referência. Após a entrega da documentação pela CONTRATADA, a SECPDA terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para análise da documentação.

17.1.2. Caso a documentação esteja incompleta ou necessite de correção a cargo da CONTRATADA, a contagem do prazo previsto no subitem anterior ficará SUSPENSA até a entrega da documentação correta à SECPDA.

17.2. O faturamento será realizado: Mensalmente.

17.3. Registra-se que, caso as alterações constantes neste item conflitem com as condições estabelecidas no edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

18 - PENALIDADES

18.1. As penalidades aplicáveis são as previstas na Portaria nº 16.707/2016, constantes nos modelos de Minuta de Contrato/Contratação por Nota de Empenho, disponíveis no Portal da CMBH?
Sim.

18.2. Registra-se que, caso as alterações constantes neste item conflitem com as condições estabelecidas no edital e seus anexos, prevalecerá o texto indicado neste Termo de Referência.

19 - DISPOSIÇÕES SOBRE POSSÍVEIS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

19.1. A CONTRATADA deverá observar, para execução dos serviços, em especial, quando possível e naquilo que couber à presente contratação, os seguintes princípios básicos de sustentabilidade:

19.1.1. Racionalização/economia no consumo de energia, especialmente elétrica e água;

19.1.2. Treinamento/capacitação periódica dos(as) profissionais sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição;

19.1.3. Otimização da utilização de recursos e trabalhar para a redução de desperdícios e de poluição;



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

19.1.4. Utilização, preferencialmente, de materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

19.1.5. Utilização, preferencialmente, de materiais com maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e do serviço;

19.1.6. Adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente;

19.1.7. Fornecimento aos(às) seus(uas) profissionais dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

19.1.8. Respeito às Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) sobre resíduos sólidos.

19.1.9. Comprovar e manter, durante toda a vigência contratual, sob pena de rescisão, a condição de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores(as) em condições análogas às de escravo, instituído e mantido pelo Governo Federal, ou outro que venha a substituí-lo.

19.2. A CONTRATADA deverá ainda:

19.2.1. Elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), de acordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

19.2.2. Elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde ocupacional (PCMSO), objetivando a promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as normas expedidas pelos órgãos competentes;

19.2.3. Comprovar e manter, durante toda a vigência contratual, sob pena de rescisão, a condição de não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores(as) em condições análogas às de escravo, instituído e mantido pelo Governo Federal, ou outro que venha a substituí-lo.

20 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

20.1. É facultado à licitante agendar e realizar vistoria nos locais de execução dos serviços, acompanhada por um servidor da CMBH especificamente designado para este fim. A vistoria poderá ser efetuada de segunda a sexta-feira, nos horários de 8:00 às 12:00 e de 13:30 às 17:30 horas. O agendamento deverá ser efetuado previamente junto à Divisão de Gestão de Segurança da CMBH, pelos telefones (31) 3555-1111 e 3555-1120.

20.2. A vistoria poderá ser realizada pelas empresas interessadas até o último dia útil anterior à data prevista para a reunião de abertura da licitação.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

20.3. A vistoria aqui prevista é facultativa e não será exigida para fins de habilitação da licitante.

20.4. Entretanto, a empresa que decidir por não realizar a vistoria não poderá alegar posteriormente o desconhecimento das condições e do local da prestação dos serviços para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar com a CMBH.

- As obrigações da CMBH e da CONTRATADA são aquelas estabelecidas na Minuta de Contrato/Contratação por Nota de Empenho e, eventualmente, na especificação completa do objeto constante deste Termo de Referência.
- Os campos a seguir são de uso interno da CMBH.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PROPOSTA COMERCIAL – Pregão eletrônico 34/21

**ATENÇÃO:
PREENCHA SOMENTE OS CAMPOS EM CINZA**

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra especializada para prestação de serviços contínuos de vigilância e segurança pessoal para a Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Dados da Empresa

Razão social:	
Nome fantasia:	
CNPJ:	
Inscrição estadual:	Inscrição municipal:
Endereço:	
CEP:	
Telefone:	
E-mail:	
Contato:	

Dados Bancários

Banco:	Agência:
Conta corrente:	

Sindicato Adotado

Nome do Sindicato:	
--------------------	--

Apresenta esta licitante, **por intermédio de seu representante legal**, proposta comercial para o **lote único** abaixo:

Item 1 - Valor mensal referente à mão de obra fixa: corresponde ao salário individual do profissional alocado. O valor a ser pago à CONTRATADA será apurado pelo efetivo comparecimento deste profissional, descontando-se as faltas e os atrasos porventura ocorridos e para os quais não tiver havido cobertura, acrescentando-se os valores relativos às horas extraordinárias e ao adicional noturno, quando for o caso.

PROFISSIONAIS VIGILANTE TIPO A:

- Considerar SALÁRIO o valor individual de R\$ 2.340,25 multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL PERICULOSIDADE o valor individual mensal do adicional de periculosidade definido em convenção coletiva vigente, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados

PROFISSIONAIS VIGILANTE TIPO B:

- Considerar SALÁRIO o valor individual de R\$ 2.340,25 multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL PERICULOSIDADE o valor individual mensal do adicional de periculosidade definido em convenção coletiva vigente, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados

PROFISSIONAIS VIGILANTE TIPO C:

- Considerar SALÁRIO o valor individual de R\$ 2.340,25 multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL NOTURNO o valor individual para 105 horas mensais estimadas de adicional noturno, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados. O adicional de periculosidade foi considerado na base de cálculo para definir o valor do adicional noturno.
- Considerar DSR ADICIONAL NOTURNO o valor do DSR estimado incidente sobre o valor das 105 horas mensais estimadas de adicional noturno, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados. O valor real do DSR variará de acordo com o número de domingos e feriados no mês de referência.

PROFISSIONAIS VIGILANTE TIPO D:

- Considerar SALÁRIO o valor individual de R\$ 2.527,47 multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL PERICULOSIDADE o valor individual mensal do adicional de periculosidade definido em convenção coletiva vigente, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados

PROFISSIONAIS VIGILANTE TIPO E:

- Considerar SALÁRIO o valor individual de R\$ 3.039,49 multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL PERICULOSIDADE o valor individual mensal do adicional de periculosidade definido em convenção coletiva vigente, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.
- Considerar ADICIONAL SEGURANÇA PESSOAL o valor individual mensal do adicional correspondente à atividade de segurança pessoal definido em convenção coletiva vigente, multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados.

Cálculo Automático.

TABELA DE MÃO DE OBRA

PROFISSIONAL VIGILANTE TIPO	Salário	Adicional de Periculosidade	Adicional Segurança Pessoal	Adicional Noturno	DSR Adicional Noturno	Quantitativo	Valores Totais (R\$)
A	R\$ 2.340,25	R\$ 702,08	-	-	-	13	R\$ 39.550,23
B	R\$ 2.340,25	R\$ 702,08	-	-	-	18	R\$ 54.761,85
C	R\$ 2.340,25	R\$ 702,08	-	R\$ 580,81	R\$ 145,20	15	R\$ 56.525,02
D	R\$ 2.527,47	R\$ 758,24	-	-	-	14	R\$ 45.999,95
E	R\$ 3.039,49	R\$ 911,85	R\$ 561,65	-	-	8	R\$ 36.103,93
Valor total mensal da mão de obra							R\$ 232.940,98

Item 2 - Valor mensal referente aos encargos sociais: percentual que incidirá exclusivamente sobre o valor total mensal da mão de obra - Cálculo automático.

Percentual total sobre o valor total mensal da mão-de-obra	Valor total mensal da mão de obra (Item 1)	Total mensal
%	R\$ 232.940,98	

OBS: A indicação de um percentual inferior ao exigível não implica a desobrigação da CONTRATADA pagar os encargos sociais tal como constam de lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo. O valor correspondente ao que tiver sido desconsiderado ou considerado apenas parcialmente nesta quadrícula "item 2" deverá ser considerado como encargo contratual. Não será aceita vindicação de pagamento de encargo social desconsiderado ou de aumento do percentual relativo a encargo considerado apenas parcialmente, salvo apenas quanto ao que vier a ser acrescido, por lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo, após a contratação e no exato limite do que tiver sido majorado.

Item 3 - Valor mensal referente ao vale-transporte: valor meramente estimativo. O valor a ser pago pela CMBH corresponderá ao que foi de fato utilizado, com base na quantidade efetiva de dias trabalhados pelo profissional no mês de referência, descontada a parcela de responsabilidade do empregado.

Total mensal referente ao vale-transporte
R\$ 21.000,00

Item 4 - Valor mensal referente ao auxílio/ticket/vale-alimentação/refeição: valor meramente estimativo. A CMBH pagará o que foi de fato utilizado, com base nos valores definidos por acordo, dissídio ou convenção coletiva do sindicato adotado pela CONTRATADA, e considerará ainda a quantidade efetiva de dias trabalhados pelo profissional no mês de referência, descontada, se for o caso, a parcela de responsabilidade do empregado.

Total mensal referente ao auxílio/ticket/vale-alimentação/refeição
R\$ 34.000,00

Item 5 - Valor mensal referente à administração: valor unitário destinado a remunerar mensalmente a CONTRATADA em seu lucro. Este valor unitário é multiplicado pelo número de profissionais a serem alocados ao serviço - Cálculo automático.

	Valor unitário de Administração	Profissionais	Total mensal referente à administração
\$		68	

Item 6 - Valor mensal referente aos encargos contratuais: valor unitário destinado a custear, mensalmente, toda e qualquer despesa necessária à completa e perfeita execução contratual e que não esteja especificada neste anexo como componente das outras frações do preço, como, por exemplo, as despesas de supervisão e fiscalização do serviço, preposto, auxílio creche, auxílio saúde, programa de qualificação profissional e marketing, cesta básica, plano de assistência médica e odontológica, seguro de vida (individual/grupo) e quaisquer outras despesas adicionais decorrentes do contrato e não individualizadas na proposta comercial, bem como para fazer face àquelas despesas referentes a benefícios não previstos nas especificações do contrato e que a CONTRATADA conceder a seus profissionais, por iniciativa própria ou em decorrência de lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo, vigentes na data da apresentação da proposta comercial. Esse valor custeará também eventual diferença para o cumprimento das obrigações sociais ou tributárias, como consta de lei, convenção, dissídio ou acordo coletivo, não considerada ou considerada apenas parcialmente, vigente na data da apresentação da proposta comercial. Este valor unitário é multiplicado pelo número de profissionais a serem alocados ao serviço - Cálculo automático.

	Valor unitário referente aos encargos contratuais	Profissionais	Total mensal referente aos encargos contratuais
\$		68	

Item 7 - Valor mensal referente às diárias: Valor meramente estimativo e não deverá ser alterado pela licitante em sua proposta comercial. O valor a ser efetivamente pago pela CMBH variará em função do real valor gasto com diárias.

	Total mensal referente às diárias
	R\$ 3.100,00

Item 8 - Valor mensal referente à cesta básica: Valor unitário mínimo definido em convenção coletiva vigente da categoria para custear o pagamento da cesta básica. Valor meramente estimativo, para fins de apresentação da proposta comercial. O valor efetivamente a ser pago pela CMBH à CONTRATADA variará em função do gasto real com a cesta básica. Esse valor unitário deverá ser multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados aos serviços - Calculo Automático.

	Valor unitário referente à cesta básica	Profissionais	Total mensal referente aos encargos contratuais
\$	R\$ 131,87	68	R\$ 8.967,16

Item 9 - Valor mensal referente ao plano de assistência médica: Valor unitário definido em convenção coletiva vigente da categoria para custear o pagamento do plano de assistência médica. Valor meramente estimativo, para fins de apresentação da proposta comercial. O valor efetivamente a ser pago pela CMBH à CONTRATADA variará em função do gasto real com o plano de assistência médica. Esse valor unitário deverá ser multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados aos serviços - Calculo Automático.

	Valor unitário referente ao plano de assistência médica	Profissionais	Total mensal referente aos encargos contratuais
\$	R\$ 106,38	68	R\$ 7.233,84

Item 10 - Valor mensal referente ao plano odontológico: Valor unitário definido em convenção coletiva vigente da categoria para custear o pagamento do plano odontológico. Valor meramente estimativo, para fins de apresentação da proposta comercial. O valor efetivamente a ser pago pela CMBH à CONTRATADA variará em função do gasto real com o plano odontológico. Esse valor unitário deverá ser multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados aos serviços - Cálculo Automático.

Valor unitário referente ao plano odontológico		Profissionais	Total mensal referente aos encargos contratuais
\$	R\$ 15,94	68	R\$ 1.083,92

Item 11 - Valor mensal referente ao seguro de vida em grupo: Valor unitário para custear o pagamento do seguro de vida em grupo, nas condições definidas na convenção coletiva vigente da categoria. Valor meramente estimativo, para fins de apresentação da proposta comercial. O valor efetivamente a ser pago pela CMBH à CONTRATADA variará em função do gasto real com o seguro de vida em grupo. Esse valor unitário deverá ser multiplicado pelo quantitativo de profissionais a serem alocados aos serviços - Cálculo Automático.

Valor unitário referente ao seguro de vida em grupo		Profissionais	Total mensal referente aos encargos contratuais
\$	R\$ 35,00	68	R\$ 2.380,00

Item 12 - Valor mensal referente aos encargos tributários: percentual total que incide exclusivamente sobre o valor total mensal - Cálculo automático.

Percentual mensal sobre encargos tributários		Total mensal referente aos encargos tributários
%		

OBS: A indicação de um percentual inferior ao exigível não implica a desobrigação da CONTRATADA pagar os encargos tributários tal como constam de lei. O valor correspondente ao que tiver sido desconsiderado ou considerado apenas parcialmente nesta quadrícula "item 8" deverá ser considerado como encargo contratual. Não será aceita vindicação de pagamento de encargo tributário desconsiderado ou de aumento do percentual relativo a encargo considerado apenas parcialmente, salvo apenas quanto ao que vier a ser acrescido, por lei, após a contratação e no exato limite do que tiver sido majorado.

Item 13 - Valor total mensal: Valor meramente de referência para fins de apuração do menor preço. O valor efetivamente devido será alterado em decorrência da redução proporcional aos dias de faltas e aos atrasos do profissional alocado, em virtude da existência de horas extras e de horas noturnas, bem como em razão do efetivo consumo de vale-transporte e de auxílio/ticket/vale-alimentação/refeição - Cálculo automático.

VALOR GLOBAL MENSAL DA PROPOSTA COMERCIAL (Soma dos itens)

Item 1	R\$ 232.940,98	R\$ 310.705,90
Item 2		
Item 3	R\$ 21.000,00	
Item 4	R\$ 34.000,00	
Item 5		
Item 6		
Item 7	R\$ 3.100,00	
Item 8	R\$ 8.967,16	
Item 9	R\$ 7.233,84	
Item 10	R\$ 1.083,92	
Item 11	R\$ 2.380,00	
Item 12		

VALOR GLOBAL ANUAL DA PROPOSTA COMERCIAL

Considerar a soma dos valores totais mensais multiplicado por 12 (doze) meses. Este é um valor meramente de referência, para fins de apuração do menor preço.

Valor Mensal (R\$)	Meses	Valor Total Anual
R\$ 310.705,90	12	R\$ 3.728.470,80

OBSERVAÇÕES

- O serviço ofertado obedece a todas as condições estabelecidas no termo de referência, responsabilizando-se a licitante, com a entrega de sua proposta, pela veracidade desta informação.

- Nos valores ofertados pela licitante em sua proposta comercial já foram incluídos todos os encargos e custos diretos e indiretos necessários à completa e perfeita execução do serviço.

- Nos cálculos efetuados pela licitante foram consideradas, sempre, apenas as duas primeiras casas decimais, desprezando-se as casas decimais a partir da terceira, sem arredondamento.

Prazo de Validade da Proposta Comercial - mínimo de 60 dias.

Local:

Data:

Representante legal da empresa/Responsável pela cotação



ANEXO ESPECÍFICO

MICROEMPRESAS (ME's) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP's)

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

1.1.1 - Em relação aos itens exclusivos para participação de microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame.

1.1.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/2006, mesmo que seja microempresa ou empresa de pequeno porte.

2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

2.1 - Em relação aos itens ou grupos de itens não exclusivos a microempresas (ME's) e empresas de pequeno porte (EPP's), uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as licitantes assim qualificadas, procedendo à comparação de seus valores com os valores da primeira classificada, se esta não se enquadrar no tratamento diferenciado, assim como das demais classificadas, quando for o caso, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 (empate ficto).

2.2 - Nessas condições, caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de empresas qualificadas como ME's ou EPP's que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço válido serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

2.3 - A melhor classificada dentre as ME's ou EPP's, nos termos do subitem anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

BN
503



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

2.3.1 - Caso a licitante qualificada como ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes assim qualificadas que se encontrarem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

3 COTA RESERVADA PARA ME OU EPP

3.1 - Os itens ou grupo de itens reservados à participação exclusiva de ME ou EPP, como cotas, nos termos do inciso III do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/2006 se submetem às regras previstas neste item, para fins de julgamento da melhor proposta.

3.2 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota principal, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

3.3 - Não havendo vencedor para a cota principal, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota reservada, ou, diante de sua recusa, às licitantes remanescentes da cota reservada, desde que pratiquem o preço do vencedor da cota reservada.

3.4 - Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, será considerado o menor preço unitário, dentre as cotas, para o cálculo do valor final de ambas as cotas.

3.5 - Nas licitações por Sistema de Registro de Preços ou por entregas parceladas, será dada prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada seja inadequada para atender às quantidades ou condições do pedido, conforme justificativa do gestor do contrato.

4 HABILITAÇÃO

4.1 - As ME's e EPP's deverão anexar ao sistema toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição, sob pena de inabilitação,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
Izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
CAB/MC/14.133

ressalvados aqueles documentos cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante ou aqueles documentos constantes do SUCAF ou SICAF, caso em que serão consultados pelo(a) PREGOEIRO(A).

4.2 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

4.2.1 - Havendo restrição nos documentos comprobatórios da **regularidade fiscal e trabalhista**, entregues por ME ou EPP, será assegurado à licitante o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a ME ou a EPP for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do(a) PREGOEIRO(A), para a regularização.

4.2.1.1 - A comprovação de que trata o subitem 4.2.1 deste anexo deverá ser feita por documento a ser entregue na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis, ou então, pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

4.2.1.2 - O documento deverá ser entregue em original ou por documento autenticado por cartório, meio eletrônico ou pela Secretaria da CPL, sem prejuízo daqueles documentos cuja emissão pela internet dependam apenas do CNPJ da licitante ou daqueles que possam ser verificados junto ao SUCAF ou SICAF, casos em que serão consultados pelo PREGOEIRO(a).

4.2.2 - A prorrogação do prazo para a regularização da documentação fiscal ou trabalhista dependerá de requerimento tempestivo da licitante, devidamente fundamentado, dirigido ao(à) PREGOEIRO(A), através do e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.

4.2.2.1 - Para fins do subitem 4.2.2 supra, entende-se por "tempestivo" o requerimento apresentado dentro dos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos, na mesma forma prevista no subitem 4.2.1.1 deste anexo.

4.2.3 - A não regularização da documentação fiscal ou trabalhista no prazo previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/1993 e da multa indicada no edital, sendo facultado ao(à)

BN
503

AS

D

12

587

16/02/20

16/02/20

16/02/20



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PREGOEIRO(A) convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou submeter o processo ao(a) Presidente da CMBH para revogação do certame.


4.3 - Para os fins do subitem 4.2.1 deste anexo, entende-se que a empresa foi declarada vencedora do certame no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

4.4 - Nos itens não exclusivos a ME's e EPP's, em havendo inabilitação, haverá nova verificação pelo(a) PREGOEIRO(A) através do sistema de eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 - Todas as previsões contidas neste anexo para a MICROEMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) se aplicam também aos entes a elas equiparados, nos termos da legislação vigente.

5.2 - Serão destinadas à participação exclusiva de ME's e EPP's as licitações com itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), salvo disposição contrária na "folha de apresentação" do edital.


Priscila Caroline C. S. Rodrigues
CM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação


P




P/20

BN
503





CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO PADRÃO

OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

- QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA -

(COMPLETA)

Isabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 138.482/3



1 - As licitantes deverão anexar ao sistema, juntamente com os demais documentos previstos no item 9 do “corpo do edital padrão”, os seguintes documentos complementares de habilitação, relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo(s) Cartório(s) Distribuidor(es) da Justiça da sede da licitante, datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, tendo como referência a data de realização da sessão pública de abertura do certame, prevista na “folha de apresentação” do edital;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de abertura do certame.

1.1 - Caso a certidão negativa de falência ou recuperação judicial contenha prazo de validade, prevalecerá esse em detrimento daquele assinalado na alínea “a” do item 1 deste anexo.

1.2 - As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar o **balanço de abertura**, devidamente registrado.

1.3 - As empresas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar Federal nº 123/2006, optantes pelo SIMPLES NACIONAL, embora estejam dispensadas do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis, assim o estão apenas para fins fiscais, sendo obrigatória a apresentação desses documentos para a licitação.

1.4 - O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão estar assinados por Contador ou Técnico de Contabilidade, neles constando a

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

[Handwritten initials: BN 503, GA, P, D]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

indicação do número de registro destes junto ao Conselho Regional de Contabilidade.






1.5 - Os balanços patrimoniais deverão estar acompanhados dos **Termos de Abertura** e dos **Termos de Encerramento**, com o devido registro na Junta Comercial ou órgão equivalente.

1.6 - A comprovação da boa situação financeira da licitante será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) maiores que 1 (um), a serem calculados pela CMBH por meio das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.7 - A licitante que apresentar resultado igual ou menor que 1 (um) em qualquer um dos índices referidos no subitem 1.6 deste anexo deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data de anexação ao sistema dos documentos de habilitação, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, para demonstrar sua boa situação financeira.






Priscila Caroline C. S. Rodrigues
CM - 621
Presidente da Comissão
Permanente de Licitação



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO

OUTROS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA -

1 - As licitantes deverão anexar ao sistema juntamente com os demais documentos previstos no item 9 do “corpo do edital padrão”, os seguintes documentos complementares de habilitação, relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a)- 1 (um) atestado de capacidade técnica, contendo as características e informações a seguir enumeradas:

b.1)- emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, contendo a identificação desta;

b.2)- expedido em nome da licitante e contendo o CNPJ desta;

b.3)- demonstrar que a licitante exerce ou exerceu atividade com alocação SIMULTÂNEA de, no mínimo, 30 (trinta) vigilantes patrimoniais e 4 (quatro) seguranças pessoais, pelo período mínimo de 2 (dois) anos contínuos, como comprovação das condições práticas e reais de execução do contrato, sendo admitido o somatório de atestados para se atingir o quantitativo mínimo de profissionais aqui exigido.

b)- Declaração de disponibilidade futura para instalação de escritório no local da prestação dos serviços: conforme modelo constante do ANEXO “DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FUTURA PARA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS” do edital. Tal declaração deverá indicar que a licitante possui ou instalará escritório na CIDADE DE BELO HORIZONTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência do contrato.

2 - A habilitação da licitante em relação ao **certificado de regularidade de empresa de segurança privada emitido pela Polícia Federal** será verificada pela CPL, de ofício, mediante emissão de Declaração de Situação e Regularidade de Empresa no sítio eletrônico da Polícia Federal, de modo a constatar que a empresa está com situação ATIVA e com alvará de funcionamento válido.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO
- MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FUTURA PARA
INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS
SERVIÇOS -

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE FUTURA PARA INSTALAÇÃO DE
ESCRITÓRIO NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) _____, portador do documento de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob pena de responsabilização, nos termos da lei, **que possui ou instalará escritório na CIDADE DE BELO HORIZONTE, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do início da vigência do contrato**, adequado para a prestação dos serviços referentes ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/21.

Belo Horizonte, _____ de _____ de 2021.

Nome e assinatura de **representante legal** da licitante



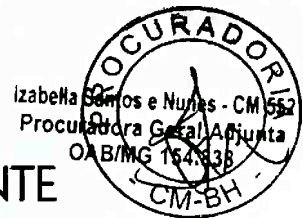
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO - PRESTAÇÃO DE GARANTIA CONTRATUAL -

Será exigida da CONTRATADA, a **prestação de garantia** para a execução contratual, no percentual de **5% (cinco por cento) do valor contratado, nos termos do Anexo IV da Minuta de Contrato que integra este edital.**



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



**- CONTRATO Nº ____/2019
- PREÂMBULO -**

1. OBJETO:

Constitui objeto deste contrato _____, pela CONTRATADA, conforme detalhado nos **ANEXOS I E II**.

2. PARTES:

2.1. CONTRATANTE:

Nome: CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE,

CNPJ: 17.316.563/0001-96

Sede: Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte,

Representante: Vereador _____,

Cargo/Função: Presidente

Gestor do contrato: _____

2.2. CONTRATADO:

Nome: _____

CNPJ: _____

Sede: _____

Representante: _____

Cargo/Função: _____

3. DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S): _____.

4. PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

A presente contratação possui o valor total mensal estimado de R\$ _____, correspondendo a um valor global anual estimado de R\$ _____, conforme detalhamento constante na proposta comercial da CONTRATADA e nos **Anexos I e II** deste contrato.

5. VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará de ____/____/____ até ____/____/____.

5.2 - A vigência do presente contrato poderá prorrogada nos termos e limites legais, sujeita a avaliação de sua admissibilidade, possibilidade orçamentário-financeira e conveniência administrativa quando da efetiva demanda pela prorrogação.

6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. A presente contratação decorre do Pregão _____ nº ____/____ e rege-se pelos preceitos das Leis Federais nºs 10.520/2002 e 8.666/1993.

6.2. As condições exigíveis para a execução do contrato e as obrigações da CMBH e da CONTRATADA em relação à presente contratação são aquelas previstas no corpo padrão do contrato e em seus **ANEXOS I, II, III e IV**, bem como no edital do Pregão _____ nº ____/____.

[Handwritten signatures and initials on the right margin: P. J. S., U. A. S., U. A. S., 410, 403, 551]

[Handwritten signatures and initials at the bottom: 428, 503, P. S. M., 562, 186, 414]

[Stamp: Priscila Carolina C. S. Rodrigues, EM - 621, Presidente da Comissão Permanente de Licitação]



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
Izabella Santos e Nunes - CM 551
Procuradora Geral Adjunta
GAB/MS 154.838
CM-BH

6.3. O instrumento do contrato epigrafado é composto por este preâmbulo, pelo corpo do contrato e pelos seguintes anexos, todos constituindo um só e indivisível documento:

ANEXO I - cópia do Termo de Referência apresentado pelo setor demandante.

ANEXO II - cópia da proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

ANEXO PADRÃO III - Disposições específicas para os contratos de alocação de mão de obra.

ANEXO IV - Garantia Contratual.

Belo Horizonte, ____ de _____ de ____.

CMBH

CONTRATADA

[Handwritten signature]

[Handwritten signature] 220

[Handwritten signature] 410

[Handwritten signature] 495

[Handwritten signature] 463

[Handwritten signature] 541

[Handwritten signature] 503

[Handwritten signature] 428

[Handwritten signature] 557

[Handwritten signature] 562

[Handwritten signature] 414

[Handwritten signature] A



- CORPO DO CONTRATO -
DOCUMENTO PADRÃO

1 - PREÇO E CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

- 1.1 - Este contrato possui os **preços** detalhados no **ANEXO II**.
- 1.2 - O pagamento será efetuado, conforme periodicidade definida no **ANEXO I**, por cobrança bancária em carteira sem vencimento, por depósito bancário ou por outro meio que vier a ser definido pela CMBH, de ofício ou a pedido formal e justificado da CONTRATADA, após a execução do objeto e a sua aceitação definitiva pela CMBH, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar, ainda, da entrega da correspondente nota fiscal (corretamente preenchida e liquidada) à Divisão de Gestão Financeira da CMBH, observadas as demais disposições constantes do **ANEXO I** deste contrato.
- 1.2.1 - A CMBH não efetuará pagamento por meio de documentos com data de vencimento pré-estabelecida.
- 1.3 - A liquidação da despesa somente será feita com o reconhecimento formal pelo gestor do contrato de que a execução do objeto se deu de forma efetiva, satisfatória e atendendo a todas as condições contratuais.
- 1.4 - A CMBH não efetuará, em nenhuma hipótese, pagamento antecipado.
- 1.5 - A nota fiscal deverá ser emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais e contratuais, especialmente com as de natureza fiscal, com destaque, quando exigíveis, das retenções tributárias.
- 1.6 - A CMBH, identificando quaisquer divergências na nota fiscal, especialmente no que tange a preços e quantitativos, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias, reabrindo-se o prazo de 10 (dez) dias úteis citado no subitem 1.2 a partir da data de apresentação da nova nota fiscal corrigida dos vícios apontados.
- 1.7 - O pagamento realizado pela CMBH não implicará prejuízo de a CONTRATADA reparar toda e qualquer falha que se apurar na execução do objeto, nem excluirá as responsabilidades de que tratam a Lei Federal nº 10.520/2002, o Código de Defesa do Consumidor e/ou demais normas aplicáveis ao caso, tudo dentro dos prazos legais pertinentes.
- 1.8 - O pagamento efetuado não implicará, ainda, reconhecimento pela CMBH de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações (previdenciárias, sociais, trabalhistas, tributárias, fiscais ou quaisquer outras) que lhe são devidas em decorrência da execução do objeto nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações desta contratação.

[Handwritten signature]
22/0

[Handwritten signature]
495

[Handwritten signature]
410

[Handwritten signature]
1203

[Handwritten signature]
551

[Handwritten signature]
428

[Handwritten signature]
73N
503

[Handwritten signature]
414

[Handwritten signature]
452

[Handwritten signature]
551



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 15.4838
CM-BH

2 - RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE DO OBJETO

O recebimento e a aceitação do objeto serão feitos na forma, nas condições e nos prazos definidos no **ANEXO I** deste contrato.

3 - REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Tratando-se de contrato para prestação de serviços contínuos, nos termos do artigo 57, II, da Lei 8.666/93, os valores previstos no contrato poderão ser reajustados, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, tendo como base a variação acumulada do INPC/IBGE no período.

3.1.1 - O reajuste dependerá de solicitação da CONTRATADA e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de protocolização da mesma solicitação, desde que observados o interstício mínimo e o índice admitido.

3.2 - Poderão ser revistos, em observância ao princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores previstos no contrato em decorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

3.2.1 - A revisão dependerá de solicitação da CONTRATADA, fornecendo os documentos que justifiquem e comprovem a alteração dos valores, e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de protocolização da mesma solicitação.

3.3 - Nos termos do art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/1993, o reajuste e a revisão serão efetivados mediante termo de apostila, salvo quando o mesmo dispositivo definir em sentido contrário, hipótese em que dependerá de termo aditivo.

4 - FISCALIZAÇÃO

4.1 - A execução do objeto será acompanhada, controlada, fiscalizada e avaliada pelo **gestor do contrato**, indicado no **ANEXO I** e no preâmbulo deste contrato, a quem caberá, nos termos do § 1º do art. 67 da Lei 8.666/1993, proceder às anotações das ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou das impropriedades observadas.

4.1.1 - O gestor do contrato será também o fiscal respectivo, podendo delegar esta função.

1020
1110
1495

1003
1557

562

503

428

511

914



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 532
Procuradora Geral Adjunta
OABMG 172.838
CM-BH



- 4.1.2** - O superior hierárquico poderá exercer a função de gestor do contrato, inclusive da competência prevista na cláusula 1.3, nas hipóteses em que o gestor do contrato encontre-se legalmente afastado ou licenciado de suas funções.
- 4.2** - O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará após a atestação pelo **gestor do contrato** de que a execução observou todas as exigências contratualmente previstas.
- 4.2.1** - Para fins do disposto no subitem 4.2, o gestor do contrato poderá solicitar do fiscal do contrato, quando for o caso, relatórios informativos das condições de prestação dos serviços.
- 4.3** - A fiscalização será exercida no interesse da CMBH, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade e, na sua ocorrência, não implicará corresponsabilidade da CMBH ou de seus agentes e prepostos.
- 4.4** - A CMBH se reserva o direito de não receber objeto executado em desacordo com as especificações e condições constantes do **ANEXO I**, podendo rescindir a contratação e aplicar as penalidades previstas neste contrato e na legislação pertinente.
- 4.5** - Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto contratado, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CMBH.

5 - RESPONSABILIDADES

- 5.1** - A CONTRATADA, neste ato, assume perante a CMBH a responsabilidade civil relativamente a qualquer dano que a execução do objeto por ela efetivada venha a causar ao patrimônio público, ao pessoal da CMBH ou a terceiros.
- 5.2** - A CONTRATADA será responsável por todos os encargos (trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, fiscais, securitários, ou quaisquer outros, se for o caso) devidos para a execução deste contrato, devendo remeter à CMBH os respectivos comprovantes, sempre que exigidos, sem prejuízo da obrigação prevista no subitem 5.4.
- 5.2.1** - Em caso de a CMBH ser judicialmente condenada ao pagamento de quaisquer ônus referidos no subitem 5.2, a CONTRATADA deverá ressarcir-la dos valores correspondentes, acrescidos de 20% (vinte por cento) a título de honorários.
- 5.3** - A CONTRATADA não poderá, a título algum, ceder o objeto do presente contrato.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including numbers 428, 503, 495, 551, and 551.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Procuradoria
Izabela Santos e Nunes - CM 352
Procuradora Geral Adjunta
OAB/SP 154.838
CM-BH

- 5.4 - A CONTRATADA** será obrigada a manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no processo licitatório, sendo obrigada a encaminhar à CMBH cópia da documentação respectiva sempre que solicitado por esta última.
- 5.5 - A CONTRATADA** deverá manter, ao longo da execução deste contrato, a qualidade do objeto, conforme previsto no **ANEXO I**, sendo obrigada a refazer o objeto entregue que apresentar qualquer tipo de defeito.

6 - CAUSAS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 6.1 - Este contrato** poderá ser extinto:
- a) pelo decurso de seu prazo de vigência;
 - b) pelo integral cumprimento do seu objeto, atestado pelo gestor do contrato;
 - c) por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo, desde que haja conveniência para a CMBH;
 - d) por determinação judicial;
 - e) por ato unilateral da CMBH.
- 6.2 - A rescisão unilateral** do contrato prevista na subcláusula anterior poderá ser promovida pela CMBH nos seguintes casos:
- a) inexecução parcial ou total das obrigações contratuais;
 - b) declaração de falência ou aceitação do pedido de recuperação judicial da CONTRATADA, no curso da execução deste contrato;
 - c) injustificada baixa na qualidade do objeto executado, a juízo da CMBH.
- 6.3 - A decretação** da rescisão unilateral poderá ser cumulada com a aplicação da multa contratual e de outras penalidades legalmente admissíveis.

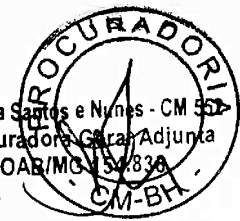
7 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 7.1 - Pela inexecução total ou parcial** deste contrato poderá a CMBH aplicar à CONTRATADA, além das demais cominações legais pertinentes, as seguintes sanções:
- a) **advertência**;
 - b) **multa de 0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na execução do objeto ou por dia de atraso no cumprimento contratual ou legal, até o 30º (trigésimo) dia, calculada sobre o preço total do contrato, por ocorrência;
 - c) **multa de 10%** (dez por cento) calculada sobre o preço total do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual ou legal;
 - d) **multa de 20%** (vinte por cento) calculada sobre o preço total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora-Chefe Adjunta
OAB/MG 154836
CM-BH



do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a CMBH, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada;

- e) **impedimento de licitar e contratar** com a Administração Pública do Município de Belo Horizonte pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- f) **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com órgão público;
- g) **rescisão contratual**, aplicável independentemente de efetiva aplicação de qualquer das penalidades anteriores.

7.2 - As sanções definidas no subitem 7.1 poderão ser aplicadas pelas seguintes pessoas, autonomamente:

- a) **letra "a"** → pelo Presidente, pelo Diretor, ou equivalente, da área gestora do contrato, pelo Gestor do Contrato;
- b) **letras "b", "c" e "d"** → pelo Presidente, pelo Diretor, ou equivalente, da área gestora do contrato;
- c) **letras "e", "f" e "g"** → pelo Presidente.

7.3 - Os valores das multas aplicadas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CMBH, e, na insuficiência ou falta desses, serão descontados da garantia contratual.

7.3.1 - Se os valores das multas aplicadas forem superiores aos pagamentos devidos pela Câmara Municipal ou da garantia contratual, deverá a contratada recolher a diferença no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar de notificação específica para esse fim.

7.3.2 - Em caso de não pagamento no prazo previsto no parágrafo anterior o valor da multa sofrerá correção diária pelo IPCA-E a partir da data da notificação.

7.4 - Em face da gravidade da infração, poderão ser aplicadas as penalidades definidas nas **letras "e", "f" e "g"** cumulativamente com a multa cabível.

7.5 - As penalidades somente serão aplicadas após regular processo administrativo, em que se garantirá a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, na forma e nos prazos previstos em lei.

7.6 - Para os fins do subitem 7.1, entende-se por "preço total do contrato" aquele assim indicado no **ANEXO II**.

8 - ADITAMENTO

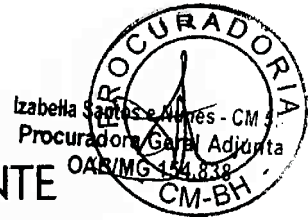
Este contrato poderá ser alterado, nos termos e limites da legislação vigente, e sempre por meio de termo aditivo.

220
495
463
551

414
428
503
541
562



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



9 - PEÇAS INTEGRANTES DO CONTRATO

Independentemente de transcrição, integram o presente contrato o edital do certame que o fundamenta, a documentação e a proposta comercial da CONTRATADA, no que estas não conflitarem com o edital e com o contrato, bem como os demais documentos descritos no preâmbulo deste contrato.

10 - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Minas Gerais, para dirimir as dúvidas oriundas deste contrato.

11 - ACEITAÇÃO

E por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Handwritten signatures and numbers: 420, 420, 405

Handwritten signatures and numbers: 557, 562, 541, 503, 428, 414



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 502
Procuradora Geral Adjunta
OABMG 154888
CM-BH



- ANEXO I DO CONTRATO -
TERMO DE REFERÊNCIA

225

410

495

47

503

403

462

541

455

428

444

4



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabela Santos Nunes - CM 562
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.838



**- ANEXO II DO CONTRATO -
PROPOSTA COMERCIAL APRESENTADA PELA CONTRATADA**

Handwritten notes and signatures in the bottom left corner, including:
- 2010
- 4110
- 6080
- 495
- 541
- 403
- 551
- 428
- BN 503
- 562
- 444



ANEXO PADRÃO III
- DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA OS CONTRATOS DE ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA -

1 - CONDIÇÕES PARA PAGAMENTO

- 1.1** - A CMBH pagará, pela prestação dos serviços, o **valor total mensal** constante da proposta comercial da CONTRATADA, com as alterações decorrentes das hipóteses descritas no **Anexo I** deste contrato, observadas, ainda, as disposições constantes da **cláusula 2 deste ajuste** (relativas ao provisionamento de valores para conta vinculada).
- 1.2** - O pagamento será efetuado mensalmente, após a prestação dos serviços e a sua aceitação pela CMBH, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar, ainda, do cumprimento pela CONTRATADA de todas as obrigações e exigências constantes deste contrato, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente **nota fiscal** (corretamente preenchida) à **Seção de Controle de Serviços Terceirizados da CMBH**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 1.3** - A CONTRATADA deverá entregar à Seção de Controle de Serviços Terceirizados da CMBH, no início do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a "**Planilha Analítica do Faturamento**", detalhando todos os valores a serem faturados juntamente com os seguintes documentos obrigatórios, em original, cópia autenticada, ou cópia simples acompanhada do original para autenticação:
- a)- folhas de pagamento analítica e sintética dos profissionais designados para os serviços na CMBH, na forma da legislação previdenciária e social, juntamente com os comprovantes de pagamento dos salários relativos ao mês de referência, com a assinatura de cada profissional ou com a autenticação bancária, conforme o caso;
 - b)- declaração firmada pelo representante legal e pelo contador da CONTRATADA, nos seguintes termos: "Declaramos, sob as penas da lei, que a folha de pagamento pertinente à competência ____/____ (indicar o mês e o ano) contém todos os profissionais designados para os serviços na CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, objeto do contrato nº ____/____, tendo sido quitada na sua integralidade.";
 - c)- declaração firmada pelo representante legal e pelo contador da CONTRATADA, nos seguintes termos: "Declaramos, sob as penas da lei, que foram cumpridas, para todos os profissionais alocados na CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, relativamente à competência ____/____ (indicar o mês e o ano), as obrigações

Handwritten notes and signatures in blue ink at the bottom right of the page, including numbers like 403, 405, 402, and 503, and various initials.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



- decorrentes de convenção, dissídio ou acordo coletivo de trabalho de cada categoria, nos termos exigidos no contrato nº ____/____.”;
- d)- documentos referentes ao pagamento das parcelas do 13º salário, para o faturamento a ser apresentado em janeiro;
 - e)- comprovantes de fornecimento, a cada profissional, de vale-transporte e de tíquete refeição, bem como, quando aplicável ao caso, de cesta básica e de diárias, todos relativos ao mês de referência;
 - f)- comprovante de pagamento, quando aplicável ao caso, de seguro de vida em grupo e de plano de assistência médica relativos ao mês de referência;
 - g)- outros documentos, a critério da CMBH, desde que relacionados no contrato, aos serviços prestados e aos profissionais envolvidos.

1.4 - A liberação do pagamento da nota fiscal relativa ao último mês de prestação dos serviços somente ocorrerá mediante a plena e cabal comprovação do cumprimento de todas as obrigações contratualmente previstas, especialmente da entrega de todos os documentos exigidos e da correção de todas as eventuais pendências apuradas.

1.5 - Sendo aprovadas pela Seção de Controle de Serviços Terceirizados da CMBH a “Planilha Analítica do Faturamento” e a documentação a que refere o subitem 1.3 e 1.4, a mesma autorizará à CONTRATADA a emissão da nota fiscal relativa aos serviços prestados no mês de referência, a qual deverá ser entregue à mencionada Seção.

1.6 - A CONTRATADA deverá excluir do faturamento mensal os dias de trabalho e os salários dos empregados faltosos, em férias, licença ou afastados legalmente, para os quais não houver sido encaminhado substituto, bem como toda e qualquer ocorrência que, por força do contrato, não for de responsabilidade da CMBH ou não corresponder aos serviços efetivamente prestados.

1.7 - A nota fiscal conterá em seu histórico, além das consignações legais, a indicação do número e do ano do contrato, a descrição dos serviços prestados e o mês de referência destes.

1.8 - O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções eventualmente aplicadas em razão do não cumprimento de suas obrigações em tempo hábil.

1.9 - Nenhum pagamento será efetuado pela CMBH enquanto estiver pendente qualquer documento citado no subitem 1.3 deste contrato, o que não irá gerar para a CONTRATADA direito a alteração de preços, correção monetária, compensação financeira ou paralisação da prestação dos serviços.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including numbers 495, 562, 503, 428, and 414, along with various initials and signatures.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabela Santos e Nunes - CM 582
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 54.878
CM-BH



- 1.9.1** - O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe à CMBH a nota fiscal (corretamente preenchida) e os documentos relacionados no subitem 1.3, além de outros que possam ser exigidos pela CMBH e que estejam relacionados ao pagamento a ser feito.
- 1.10** - Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.
- 1.11** - Na hipótese de o início e o final do prazo de vigência do contrato não coincidirem com, respectivamente, o primeiro e o último dia do mês, o pagamento correspondente será efetuado proporcionalmente ao número de dias de vigência contratual no mês em referência e de acordo com os serviços efetivamente prestados.
- 1.12** - A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente e a qualquer momento (a critério da CMBH), sob pena de aplicação das penalidades contratuais e legais cabíveis (após o regular processo administrativo) a documentação comprobatória dos recolhimentos e pagamentos relativos a encargos, contribuições e obrigações de sua responsabilidade, conforme se segue:
- a)- guia de recolhimento do FGTS - GRF e respectivo comprovante de quitação, acompanhado do protocolo de envio das informações à Previdência Social, vencida no mês de referência e relativa aos profissionais designados para os serviços na CMBH;
 - b)- Relação de Empregados - RE/GFIP e respectivo resumo do fechamento, referente à guia especificada na letra "a" anterior;
 - c)- Guia de Recolhimento do INSS - GPS - "Outras Entidades" - vencida no mês de referência e relativa aos profissionais designados para os serviços na CMBH, devidamente quitada;
 - d)- comprovantes de regularidade, em vigor, para com a Seguridade Social (CND/INSS) e para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
 - e)- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
 - f)- outros documentos, a critério da CMBH.
- 1.13** - Registra-se que o pagamento ao término do contrato somente será realizado mediante a apresentação de todas as rescisões contratuais dos funcionários homologadas pelo sindicato da categoria.

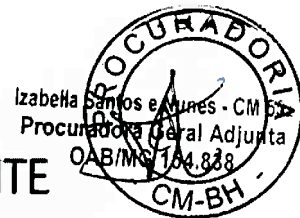
2 - PROVISIONAMENTO DE VALORES PARA CONTA VINCULADA:

- 2.1** - A CMBH realizará, mensalmente, o provisionamento de valores para o pagamento de férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, cujos valores serão destacados do valor mensal da prestação dos serviços e depositados em conta corrente

Handwritten signatures and initials in blue ink, including numbers like 428, 503, 551, 552, 553, and 554.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE



vinculada específica, conforme disposto no Anexo XII da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017.

- 2.2** - A conta vinculada será aberta em nome da CONTRATADA em instituição bancária oficial indicada pela CMBH e será bloqueada para movimentação, exceto mediante autorização expressa da CMBH e exclusivamente para o pagamento das obrigações trabalhistas.
- 2.3** - O montante dos depósitos mensais provisionados, a ser deduzido do valor mensal da prestação dos serviços a serem pagos, corresponderá ao somatório dos valores das seguintes provisões:
- a)- pagamento de 13º salário, no valor de **8,33%** sobre a remuneração dos profissionais;
 - b)- pagamento de férias e abono de férias, no valor de **12,10%** sobre a remuneração dos profissionais;
 - c)- multa de FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado, no valor de **5,00%** sobre a remuneração dos profissionais;
 - d)- impacto de encargos sobre férias, abono de férias e décimo terceiro salário, nos valores dos percentuais abaixo, de acordo com a alíquota de contribuição do grau de risco de acidente do trabalho estabelecido no art. 22, inciso II da Lei Federal nº 8.212 de 1991, que será informado pela CONTRATADA, conforme se segue:
 - d.1)- percentual de **7,39%** sob o valor da remuneração dos profissionais para alíquota de contribuição de 1%;
 - d.2)- percentual de **7,60%** sob o valor da remuneração dos profissionais para alíquota de contribuição de 2%;
 - d.3)- percentual de **7,82%** sob o valor da remuneração dos profissionais para alíquota de contribuição de 3%.
- 2.4** - O saldo da conta vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido junto à instituição bancária, observada a maior rentabilidade.
- 2.5** - Os valores depositados na conta vinculada poderão ser liberados para o pagamento de obrigações trabalhistas nas seguintes condições:
- a)- parcial e anualmente, para pagamento do valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário, quando devido;
 - b)- parcialmente, para pagamento do valor correspondente às férias e ao adicional de 1/3 de férias, quando do seu gozo pelos empregados vinculados ao contrato;
 - c)- parcialmente, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato, para pagamento do valor correspondente a 13º (décimo terceiro) salário e férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS;
 - d)- ao final da vigência do contrato, para pagamento das verbas rescisórias devidas.

Handwritten signatures and numbers in blue ink on the left margin, including numbers like 495, 495, 503, 428, and 414.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

izabella Santos e Nunes - CM 532
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 57.838
CM-BH

- 2.6** - A liberação de valores da conta vinculada para pagamento das obrigações trabalhistas ocorridas durante a vigência do contrato será efetuada mediante solicitação da CONTRATADA, apresentada com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência ao vencimento dessas obrigações e acompanhada dos documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e de seus respectivos prazos de vencimento.
- 2.7** - Após aprovação da documentação comprobatória, a CMBH expedirá autorização para a movimentação pleiteada à instituição financeira no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da apresentação dos documentos citados no subitem **2.6**.
- 2.8** - No prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da liberação do crédito pela instituição financeira, a CONTRATADA deverá apresentar à CMBH o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 2.9** - Em caso de descumprimento do prazo disposto no subitem **2.8**, a CMBH realizará a retenção na fatura da CONTRATADA do valor correspondente aos comprovantes não apresentados, sem prejuízo de aplicação da penalidade cabível.
- 2.10** - A CONTRATADA deverá apresentar planilha mensal com o demonstrativo das provisões, especificando a quantia correspondente a ser depositada em conta vinculada.
- 2.11** - A CONTRATADA autoriza a CMBH, mediante a assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e a realizar o pagamento dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos ou no encerramento do contrato.
- 2.11.1** - Quando não for possível a realização dos pagamentos pela própria CMBH, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente para o pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e do FGTS.
- 2.12** - O saldo remanescente da conta vinculada será liberado para a CONTRATADA quando do encerramento do contrato, na presença, se necessário, do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos a esses serviços.
- 2.13** - Os cálculos dos valores a serem pagos aos empregados são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA. A autorização da CMBH para liberação de valores na conta vinculada não implica em homologação desses cálculos.

Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including:
- A vertical list of numbers: 221, 410, 495, 463, 551, 541, 503, 562.
- Several handwritten signatures and initials in blue ink.



3 - REAJUSTE E REVISÃO DOS PREÇOS

3.1 - Os valores relativos a “encargos contratuais” e “administração” poderão ser reajustados, observado o interstício mínimo de 1 (um) ano contado da data limite para apresentação da proposta comercial ou do último reajuste, tendo como base a variação acumulada do INPC/IBGE no período.

3.1.1 - O reajuste dependerá de solicitação da CONTRATADA e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de protocolização na CMBH da mesma solicitação, desde que observados o interstício mínimo e o índice admitido.

3.2 - Poderão ser revistos, em observância ao princípio constitucional e legal do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores dos seguintes itens componentes da proposta comercial:

- a) “itens com valores definidos por convenções, dissídios ou acordos coletivos de trabalho”: conforme alteração determinada por esses documentos e que forem devidamente registrados e homologados pela Delegacia Regional do Trabalho ou por ato do Poder Público;
- b) “encargos sociais” e “encargos tributários”: quando houver ato de governo que os altere;
- c) “vale-transporte”: quando houver alteração da tarifa correspondente, por ato de governo;
- d) “diárias” (se aplicável aos serviços contratados): quando houver alteração do valor da diária paga pela CMBH aos seus servidores.

3.2.1 - A revisão referida na letra “a” dependerá de solicitação da CONTRATADA e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de início de vigência prevista na convenção, no dissídio ou no acordo coletivo, desde que a CONTRATADA faça a solicitação respectiva em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de homologação daquele documento. Ultrapassado esse trintídio, os efeitos financeiros serão devidos a partir do dia 1º do mês em que se der a apresentação à CMBH pela CONTRATADA da solicitação da revisão dos valores.

3.2.2 - A revisão referida nas letras “b” e “c” dependerá de solicitação da CONTRATADA e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data de início de vigência dos novos valores, desde que a CONTRATADA faça a solicitação respectiva em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data de publicação dos respectivos atos que os alteraram. Ultrapassado esse trintídio, os efeitos financeiros serão devidos a partir do dia 1º do mês em que se der a apresentação à CMBH pela CONTRATADA da solicitação da revisão dos valores.

3.2.3 - A revisão referida na letra “d” será feita por iniciativa da CMBH e seus efeitos financeiros serão devidos a partir da data definida pelo ato que a declarar, sem retroatividade.

Handwritten notes and signatures in blue ink on the left margin, including numbers like 490, 495, 463, 557, 541, 562, 503, and 428.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 552

Procuradora Geral Adjunta

OABMG 154.388



3.2.4 - Caberá à CONTRATADA fornecer, junto com a solicitação de revisão, todos os documentos que justifiquem e comprovem a alteração dos valores, sob pena de perder direito à mesma ou de ter seus efeitos financeiros aplicados a partir da data de apresentação correspondente.

3.3 - Além das disposições constantes nesse Anexo III, aplicam-se ao presente contrato todas as disposições constantes na cláusula 3 do Corpo do Presente Contrato.

220

410

495

403

420

442

551

428

503

504

541



**- ANEXO IV DO CONTRATO –
GARANTIA**

- 1 - Para assegurar a execução deste contrato, a CONTRATADA deverá prestar **garantia** no montante de R\$ _____ (_____), correspondente a **5% (cinco por cento)** do **valor global anual do contrato**, conforme disposto no item ____ do edital do Pregão _____, bem como nos subitens seguintes deste ajuste.
 - 1.1 - Para fins do disposto no item 1 supra, entende-se por “valor global anual do contrato” aquele correspondente ao resultado do valor total mensal da proposta comercial multiplicado por 12 (doze) meses.
- 2 - Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
 - I - caução em dinheiro;
 - II - títulos da dívida pública;
 - III - seguro-garantia;
 - IV - fiança bancária.
- 3 - A garantia deverá ser prestada pela CONTRATADA no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da data de recebimento do contrato assinado pela CMBH.
- 4 - O documento comprobatório da garantia prestada deverá ser entregue pela CONTRATADA, no prazo fixado no item 3 supra, a **Seção de Controle de Contratos**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala C-202, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- 5 - O descumprimento do disposto no item 4 configurará **inexecução contratual passível de rescisão unilateral do contrato**, sem prejuízo da aplicação de outras penalidades legais e contratuais cabíveis, **inclusive da multa prevista na cláusula 07 do Corpo deste Contrato e no Edital subitem _____ do edital** relativo ao Pregão _____.
- 6 - A garantia prestada deverá abranger toda a **vigência do contrato e, também, o período de 3 (três) meses após o término desta**, quando será liberada ou restituída, nos termos da lei e em observância às demais disposições contratuais.
- 7 - O valor da garantia responderá pelo inadimplemento das obrigações contratuais, como, por exemplo, as obrigações trabalhistas, previdenciárias, indenizações à CMBH e a terceiros, bem como por todas as multas impostas à CONTRATADA, sem que isso inviabilize a aplicação de multas em valor superior ao da garantia prestada.

2210
410
495
557
503
428
503
7
6x
ANNY



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Izabella Santos e Nunes - CM 552
Procuradora Geral Adjunta
OAB/MG 154.400



- 7.1 - O valor da garantia poderá ser utilizado pela CMBH para o pagamento de obrigações contratuais, caso a CONTRATADA não comprove a quitação dos mencionados encargos.
- 7.2 - Se o valor da garantia de execução for utilizado para o pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA se obriga a **restabelecer** o seu valor real no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** a contar da intimação a ser feita pela CMBH.
- 8 - Na hipótese de majoração do valor deste contrato, inclusive decorrente da assinatura de termo aditivo de acréscimo ao objeto, fica a CONTRATADA obrigada a **complementar** ou **substituir** a garantia prestada, no mesmo prazo previsto no subitem 7.2 supra.
- 9 - O descumprimento dos prazos estipulados nos subitens anteriores para restabelecimento, complementação ou substituição da garantia prestada, autoriza a CMBH a **reter os créditos** da CONTRATADA relativos à prestação do serviço, sem prejuízo de aplicação das **penalidades** legais e contratuais cabíveis, inclusive **rescisão contratual**.
- 10 - A garantia será liberada ou restituída no prazo previsto no item 6, desde que não haja, no plano administrativo ou judicial, pendência de qualquer reclamação contra a CONTRATADA e relativa ao objeto contratual, hipótese em que ficará retida até a solução final.
- 11 - A liberação/restituição da garantia não exime a CONTRATADA das responsabilidades administrativa, civil e penal oriundas da execução do objeto do presente contrato.

270

495

495

428

494

503

428

541

551

562

562



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ANEXO

- Retificação da cláusula referente a protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital -

Na cláusula 19.1, referente a protocolo de pedidos de esclarecimentos e impugnações ao edital, onde se lê,

“por escrito, entregando o documento respectivo na Seção de Apoio a Licitações da CMBH, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário de 9:00 às 18:00 horas dos dias úteis”

leia-se,

“por escrito, entregando o documento respectivo na **Seção de Apoio Operacional da CMBH**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, **sala B-104**, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, no horário **de 9:00 às 15:00 horas** dos dias úteis **ou** na **Seção de Apoio a Licitações da CMBH**, na Avenida dos Andradas, nº 3.100, sala A-121, Bairro Santa Efigênia, Belo Horizonte, Minas Gerais, **em dia útil a ser previamente agendado pela interessada com no mínimo 1 (um) dia de antecedência a essa entrega, pelo telefone (31) 3555-1249 ou pelo e-mail cpl@cmbh.mg.gov.br.**”